



CMO 01106



SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

ORÇAMENTO

REUNIÃO 02/12/93 - 10h12min

PRESIDENTE: DEPUTADO SIGMARINGA SEIXAS

DEPOENTE: CECÍLIO DO REGO ALMEIDA

(REUNIÃO DE TRABALHO)



02/12/93



O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Está aberta a reunião.
O depoente prestará o juramento de praxe. Em seguida, responderá também algumas perguntas de praxe.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - "Juro dizer a verdade, somente a verdade, do que sei e do que me for perguntado".

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Seu nome completo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Cecílio do Rego Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Sua idade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nasci no dia 31 de janeiro de 1930; 63 anos.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Estado civil?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Casado.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Residência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Rua Conselheiro Grotero, 2.363, Higienópolis, São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Profissão?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Lugar onde exerce sua atividade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No Brasil e no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Inicialmente, concedo a palavra ao Relator, nobre Senador Eduardo Suplicy, para iniciar a inquirição ao Dr. Cecílio.

V. S^a preferiria antes fazer uma exposição?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. Mas antes de mais nada, desejo dizer aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados que estou muito feliz por estar nesta Comissão. É a primeira vez que se apresenta na minha vida o direito, a oportunidade, de mostrar caminhos para que se possa passar o País a limpo. Venho lutando contra isso - vou-lhes dizer a data - desde 1971 e, principalmente, nos dois últimos anos, quando apareceu a empresa - que não é uma empresa de...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Sr. Cecílio, permite-me V.S^a interrompê-lo? V. S^a terá 30 minutos para uma exposição preliminar, antes da inquirição.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pois não, Sr. Presidente.

O que importa é mostrar como funciona o esquema, como o povo brasileiro é sangrado e como, rapidamente, se pode estancar esse sangramento.

Mas, expondo dessa maneira, solta, não representaria absolutamente nada. É necessário fazer um pequeno histórico.

V. Ex^{as} estão ouvindo o Presidente de uma empresa, desde 1958; no entanto, trabalha na empresa desde 1952; ela foi formada em 1946. Portanto, ela existe há 47 anos, fazendo engenharia no Brasil.

Trata-se de uma empresa que detém um patrimônio líquido de um bilhão e oitenta milhões de dólares; escavou 305 milhões de metros cúbicos de terra; 60 milhões de metros cúbicos de rocha; 240 milhões de aterros; 5 mil metros cúbicos de concreto; construiu 6.300 quilômetros de estradas de rodagem; 617 quilômetros de estradas de ferro; 284 quilômetros de **pipeline**; quase 13 quilômetros de pontes e viadutos; 30 quilômetros de túneis; 10 mil toneladas de estruturas metálicas e 825 mil metros quadrados de construção civil para residência.

A CR Almeida desenvolveu, com exceção do Nordeste - de Pernambuco, com duas obras, uma ferrovia e uma de saneamento -, seu trabalho no Brasil inteiro. Isso se pegamos do Ceará até Sergipe, com exceção dessa obra nova de Pernambuco.



02/12/93



A CR Almeida é um conglomerado de 17 empresas, que adquiri através desses anos. Sou empreiteiro, com grande orgulho, há 41 anos. Controlamos mais doze empresas que trabalham no Brasil. Durante 41 anos, a empresa recebeu inúmeros prêmios e diplomas do trabalho que realizou no País. O diploma de que tenho mais orgulho é o diploma de mérito por serviços prestados: "O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná confere o presente diploma a Cecílio do Rego Almeida, Carteira Profissional nº 903, considerando que durante sua vida profissional, até a presente data, não sofreu penalidade alguma por parte desse Conselho Regional, exerceu a profissão com denodo e dedicação, fazendo uso de seus conhecimentos científicos e tecnológicos em prol da humanidade."

Durante 41 anos, todas as obras que fizemos foram perfeitas. Além de perfeitas, foram medidas e pagas dentro do contrato existente.

Estou feliz em estar aqui, porque levei dois anos carregando três malas - que devem pesar 60Kg - contendo documentação para mostrar a autoridades brasileiras. Em pleno Governo Collor, levei para o Ministro Célio Borja, no dia 30 de junho de 1992, um dossiê - que deixo para esta Comissão - em que demonstro para o Ministério da Justiça como é organizado esse esquema com o fim de que a lei da concorrência - naquela época era a Lei nº 2.300/86 - fosse burlada por uma empresa chamada OAS.

Desejo fazer o esclarecimento aos Srs. Parlamentares de que sou um empreiteiro e não vou dizer uma única palavra a respeito de colegas empreiteiros. Se V. Ex^{as} desejarem saber, vão ter que chamá-los aqui, porque não os conheço nesse aspecto menor. Conheço-os num aspecto maior, de estar construindo coisas no Brasil.

Após isso, procurei o Ministro Maurício Corrêa e complementei o que eu havia apresentado ao Ministro Célio Borja, com mais quatro volumes, em que demonstro o número de ações que ajuizei na Justiça contra esse esquema de corrupção.

Peço vênia aos Srs. Senadores e Deputados, porque cheguei ontem à noite a Brasília, por volta de meia-noite e meia, pelo avião da TRANSBRASIL, e não tinha conhecimento dos acontecimentos. Nada sei sobre o que está escrito a respeito da minha empresa nesses 41Kg de papéis. Nada! Estou depondo sem ter conhecimento de absolutamente nada, mas, felizmente, não tenho o menor receio de que esta lama alcance minha empresa.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, realmente existe um grande sistema de corrupção no Brasil. Eu o conheço de perto. Eu convivi, olhando cara a cara, com o corrupto, eleito ou não pelo povo, que é de uma sordidez extraordinária, é de uma falsidade total, e esses sempre enfrentei.

Mas, antes, eu só queria dizer o seguinte: está aqui em minhas mãos - eu o darei aos Srs. Deputados e Senadores - um esquema que obstaculiza, ou fecha, esse esquema de corrupção em dez dias. Só basta ter coragem e editar essa medida provisória, que tem embasamento jurídico, para que isso ocorra. A isso eu volto no final. É o ponto final da minha declaração.

Não vim aqui me defender. Não estou aqui - quero deixar isso muito claro - para me defender; estou aqui para demonstrar a V. Ex^{as} como funciona esse esquema.

Eu pediria o item 4. Aqui há quatro pastas de arquivo com recortes de jornal sobre a OAS. Entrego o que eu tenho, mas, como foi muito rápido o convite para eu vir aqui, pediria que isso fosse xerocado e devolvido o meu original, porque eu não tenho esses recortes.

Não é possível que uma empresa empreiteira tenha tantos casos de corrupção como essa empresa OAS, pertencente aos Srs. Sérgio Mata Pires e Carlos Suarez. Nós nos demos ao trabalho, fora o meu trabalho no exterior, eu me dei ao trabalho, nesses últimos dois anos, para comprovar isso que venho dizer a V. Ex^{as} aqui: não é possível que haja tanto caso de corrupção numa só empresa. É daí que peço aos



Srs. Deputados que separem o joio do trigo. Então, faço a entrega ao Sr. Presidente da Comissão desses quatro volumes, pedindo-lhe, por favor, que seja xerocado e me devolva o original, que já é, em muitos casos, xerox.

5. No momento em que eu vinha caminhando com alguns parlamentares que não adotam a mesma ideologia que eu adoto, porque eu sou um homem, no mercado aberto, sou um homem da desestatização. Não é necessário favorecer grupos econômicos, a fim de roubarem o dinheiro do povo, mas eu acho um erro, e muito grande, olhando a malha rodoviária brasileira, que é uma das maiores do mundo, desintegrando porque o Governo não tem dinheiro para consertá-la ou restaurá-la. Tenho certeza, como engenheiro, que isso, desde que controlado pelo Governo - é claro, Governo; estou falando em Go-ver-no -, desde que controlado pelo Governo, traria muito mais benefício ao povo brasileiro. Isso está sendo feito na China, de onde acabei de chegar.

Quando esse meu trabalho estava quase se aproximando da reta final, a empresa OAS pegou um diretor chamado Marcelo Flores, que era o diretor deles aqui em Brasília. Por absurdo que pareça, fui indiciado pela Polícia Federal por ter dado dinheiro para a campanha do Collor e do Itamar Franco. Admiro que tenham feito isso; quando declarei meu ato, de maneira aberta, no dia 17 de abril, de 1991. Levaram dois anos e meio para descobrir o óbvio - aqui está a minha fotografia.

O repórter afirma: "Falando em ajuda em torno de eleição graúda, de governador, Presidente, membros do Congresso, dizem que os empreiteiros ajudaram". O interessante é que só falam de empreiteiros; não falam de banqueiros, de seguradoras, de jornais, do monopólio da petroquímica. Não falam - ou falam muito pouco, acho que a única pessoa que fala é o Presidente Itamar - do cartel do remédio, do pobre que morre por não ter dinheiro. Eu, que sou gravemente doente - não chego a tanto -, sei quanto custa uma caixinha de remédio e imagino quanto um pobre deve sofrer para tomar três pílulas.

Então, o repórter, falando em ajuda em toda eleição graúda, de governador, Presidente, membros do Congresso, afirmou que dizem que os empreiteiros ajudaram. Todo mundo ajudou, o que há é falsidade. E perguntou: "Essa ajuda existe mesmo?" E eu respondi: claro que existe ajuda e deve existir mesmo. Aconteceu no Paraná essa audiência. Por exemplo, se um safado, como o Alvaro Dias é candidato no Paraná, eu ponho dinheiro na campanha de quem seja contra ele. Se o candidato é Roberto Campos - que já foi Senador por Mato Grosso -, é claro que presto, como prestei, ajuda. O que me pediu o Ministro Roberto Campos? Papel para imprimir o que na gíria se chamam "santinhos". Por que ajudei o Roberto Campos? Porque acho que um Parlamento não pode dispensar uma inteligência tão brilhante como o do ex-Ministro, que em 1965 salvou o País. Ele e o Ministro Bulhões modificaram o País. Quem arreventou essa estrutura foi o Collor, nesse último Governo. Depois eles perguntam - e aqui está o absurdo do meu indiciamento: "O senhor ajudou o Presidente Collor na campanha presidencial?" Ajudei, ajudei. "Entre Collor e Lula, o senhor quer quem? É claro, ideologicamente, eu não aceito. Eu poderia aceitar inúmeras pessoas do PT - e talvez até entrar para o Partido - como o ilustre Senador, como o Fábio Comparato, como o Greenhalgh, como o José Genoíno - estou perdendo até alguns nomes brilhantes do PT. O que não aceito são esses 15 tipos de ideologias dentro do Partido. Não aceito; e não sou obrigado a aceitá-los porque esta é uma democracia.

Não sou de esquerda. Sou um sobrevivente, nasci na beira do Amazonas. Quem lá não morre de disenteria até 3 anos é um sobrevivente, como é sobrevivente um menino de 7 anos que foi obrigado a guiar carroça para comprar laranja para sobreviver e ajudar o orçamento doméstico do meu pai, que era um simples postalista, e de minha mãe, que fazia crivo. Aos 14 anos, fui emancipado; era telegrafista e trabalhava das 18



02/12/93



horas até à 1 hora da madrugada. Aos 21 anos, dirigia a maior empresa de engenharia do Paraná, a qual, depois, eu comprei inteira.

Pergunto: Que culpa tenho eu de meus ancestrais, de os meus pais terem dado a mim, geneticamente, força e caráter? Que culpa tenho eu de o outro ser frouxo, de não ter caráter e de não trabalhar? Tenho direito a ter dinheiro, a ser rico, porque trabalhei e não roubei da Nação.

Eu me formei aos 21 anos. Não pude me formar um ano antes, porque eu não tinha dinheiro para pagar a Escola de Engenharia, que não era federalizada; não tinha dinheiro para pagar aquela pequena matrícula. Estudei e comprovo aqui - mais tarde, posso levantar estes dados no Paraná -, o atestado de graça, atestado de pobreza dos 4 anos, quando entrei no jardim de infância, até os 17 anos de idade. Depois disso, estudei de graça na Escola Federal de Engenharia do Paraná, porque esta era de graça para todo mundo; quem passasse no vestibular - e, nele, passei muito bem - estudava.

Então, somente agora vim a entender por que fui indiciado. Disseram que dei dinheiro ao Sr. Paulo César Farias. Primeiro: não é a minha pessoa, mas sim a empresa. Segundo: não entregamos dinheiro para o Sr. Paulo César Farias. Mande fazer um levantamento após isto aqui. O dinheiro foi entregue ao PRN; se o Partido desviou dinheiro para o Sr. Paulo César Farias, é o partido o culpado. Vi o cheque na Polícia. O cheque é de C. R. Almeida para C. R. Almeida; endossado por C. R. Almeida e entregue ao PRN. Não tenho carimbo de EPC. Por um delegado da polícia federal e um por promotor público, entrei nesta sala como testemunha e saí indiciado, porque tirei a responsabilidade das pobres moças que assinaram esse cheque - não serão duas mocinhas que assinam um cheque as responsáveis por 700 mil dólares; isso é conversa, não é conversa da OAS. Então, ele disse que dei o dinheiro para o Sr. Paulo César Farias, para que o mesmo prejudicasse a OAS. Vejam que indiciamento louco e absurdo.

Aqui, deixo para V. Ex^a. o meu indiciamento. Se V. Ex^a. comparar, é lógico; pedi para eles um indiciamento desse Sr. Paulo César Cavalcante Farias e deixo um indiciamento desse Sr. Marcelo de Santos Flores, que tornou a ser indiciado.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, sou um homem de vergonha. Eu ia ao gabinete do nobre Senador Eduardo Suplicy; lá, não pisei mais a partir do indiciamento e o fiz não para prejudicá-lo, mas para não deixá-lo sem graça. Como é que um indiciado pode estar no gabinete de um Senador?

Muito bem: eles conseguiram me obstaculizar. Entramos com um **habeas corpus**, mas é claro que, com este clima que existe no País, ainda não consegui ser retirado disso, mas ser retirado.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, por causa disso, há poucos dias, eu já havia terminado - o que é normal, a lei brasileira diz isto - uma pesquisa. Havia fiscais do Imposto de Renda na minha empresa, que tinham fechado a fiscalização. Dez dias depois, auditores da Receita Federal foram a minha empresa. Aqui, estão os autos de infração e aqui está a minha defesa permitida por lei; primeiro ao delegado da Receita Federal do Rio de Janeiro, depois virá ao Conselho de Contribuintes. Como qualquer brasileiro, constitucionalmente, tenho o direito de defesa na Justiça. Eles me multaram em 169 milhões de dólares de um dinheiro que não recebi, que o Governo não me pagou e, por lei, a forma fiscal tributária de cobrar do empreiteiro é pelo regime de caixa; o empreiteiro recebe e paga o Imposto de Renda. Isso não está certo. Entrego também, ao Sr. Presidente, os documentos, os autos da defesa.

O que ocorreu, o absurdo que ocorreu: o **Jornal da Tarde** publica - eu estava na China, pois tinha fechado cinco negócios - e fui avisado por fax -:"Devassa começa na C.R. Almeida - Empreiteira leva multa de 550 milhões." Vejam o que diz aqui dentro: "A empreiteira C.R. Almeida terá que recolher 590 milhões de dólares.



equivalente a 98 bilhões de cruzeiros, aos cofres públicos... - Vejam se isso não magoa? - ...por emissão de notas frias, sonegação fiscal, prática de caixa-dois, entre outras fraudes."

Permitam-me, senhores, fazer um parêntese: sobre esse dinheiro entregue ao PRN, paguei imposto de renda, não recebi nota fria, não aceitei alugar aviãozinho, não menti dizendo que mandei fazer um estudo de uma fábrica em Alagoas; eu disse a verdade, fui limpo e correto; não aluguei hora extra de avião, nada, paguei do meu bolso o imposto de renda.

No mesmo dia, saiu também no **O Estado de S. Paulo** - já sei como é a trama -, que é dono do **Jornal da Tarde**. Pergunto: eu estava na China, temos a receber do Governo 917 milhões de dólares, devíamos 35 milhões de dólares, 28 de banco e 7 de fornecedores, empreiteiras, passagens aéreas, hotéis. Tínhamos já um escalonamento aprovado pelo INSS, equivalente a 8 milhões de dólares, com essa concordata, já fui tirado de oito concorrências, sempre partindo de dentro da Petrobrás, junto com o **O Estado de S. Paulo**.

Estou me referindo, Sr. Presidente, ao pedido de minha concordata e ao despacho de um juiz de que estou em concordata.

Quarenta e um anos pagando suas contas, mesmo com atrasos do Governo, nunca precisei pedir concordata. Isso é uma vergonha, uma concordata de 35 milhões de dólares, tendo a receber 917.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Quero lembrar ao depoente que V. S^a tem mais 5 minutos para a sua exposição.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No mesmo dia em que a minha empresa - em 28 de outubro - faz uma nota oficial da concordata, sai: "Executivo de construtora ameaça fiscal", e minha fotografia. Um auxiliar do auxiliar, vizinho do cabo da polícia, ameaçou o fiscal, e puseram a minha fotografia.

Quando eu consegui vencer essa barreira, acusaram-me de falsificação perante o INSS e a Receita Federal. Sr. Presidente, estou entregando duas certidões que demonstram que eu nada devo à Receita Federal; tenho regularidade com a Receita Federal e com o INSS. Com isso, me obstaculizaram mais uma vez apresentar o quanto antes o que estou apresentando hoje.

Em tudo há fraude, há corrupção. Se V. Ex^a pegar a revista **Exame** - e vou passar ao Sr. Presidente dois exemplares -, há ali 500 empresas. Quatrocentas e noventa e nove apresentam o seu balanço no dia 31/12 de cada ano, a fim de pagar o Imposto de Renda. A empresa OAS, da Bahia, apresenta 30 dias depois, sonegando o Imposto de Renda. Está aqui a prova.

O que é uma empresa - pergunto eu - que pega dinheiro barato do Banco Central para empregar numa agropecuária, não entrega e está sob suspeição no Banco Central? O que é uma empresa - isso é de ontem, um exemplo só - que forja a fatura sobre obra que não fez? Não é essa a empresa que vai me por nesta Comissão ou junto com alguns outros para me desmoralizar.

Sr. Presidente, felizmente terminei em tempo hábil e posso responder a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Deputado Sigmaringa Seixas, como o Sr. Cecílio do Rego Almeida fez uma citação, avalio, diante da responsabilidade que me concedeu ontem, designando-me Relator, que devo começar por solicitar ao depoente - até porque recebo em meu gabinete todos os cidadãos brasileiros e não-brasileiros que me procuram, e sempre com respeito - que relate exata e sucintamente, mas com a melhor lembrança que tiver, os objetivos que teve e do que



02/12/93



tratou quando me visitou, para que todos saibam e para que isso seja inteiramente transparente.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Agradeço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sobravam-me duas oportunidades: a Sociedade de Proteção aos Animais ou um Senador com a sua honorabilidade.

Quando estive em seu gabinete - e V. Ex^a muito ajudou - foi para combater um caso de corrupção da OAS, não fui lhe sugar, fui sugado. Dei-lhe todos os elementos e V. Ex^a teve a coragem indômita de ir a Santa Catarina levantar coisa por coisa.

No dia em que V. Ex^a foi até lá - muito lutei para que não fosse - o senhor ia ser apedrejado e, por detrás, consegui que a polícia segurassem os vagabundos. Não tive ligação nenhuma com V. Ex^a. Ideologicamente, estamos em campos opostos. V. Ex^a não me fez favor algum nem me facilitou absolutamente nada.

V. Ex^a como Senador da República ouviu o que eu tinha a dizer e a comprovar. V. Ex^a mandou reexaminar pelo seu Gabinete e pelo CREA - não me recordo bem - e com a sua ajuda, obstaculizamos uma corrupção na empresa OAS de US\$62 milhões. Foi o tipo de relacionamento que tivemos. Tanto que o senhor é dez anos mais novo do que eu e lhe chamo de senhor. Não tenho a menor intimidade com o senhor. O senhor trabalhou como Senador e eu trabalhei como empresário. Isso esclarece de forma mais profunda o relacionamento que mantivemos. Respondo a exatamente tudo.

Se V. Ex^a está falando que minha presença denigre seu Gabinete...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Não foi essa a intenção do Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - S. Ex^a quis apenas um esclarecimento a respeito dos fatos. Vamos à pergunta seguinte.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Desejo apenas tornar claro que realmente o senhor trouxe-me documentos, indícios importantes de que na construção de trechos da BR 101 em Santa Catarina havia um sobrepreço. Tomei as providências cabíveis junto ao Ministério Público, à Procuradoria-Geral da República e ao Governo de Santa Catarina. Fiz uma visita pessoal ao Governador do Estado, à Assembléia Legislativa esclarecendo todos os elementos. A Universidade Federal de Santa Catarina e o CREA acabaram realizando estudos que resultaram em uma nova renegociação entre o Governo de Santa Catarina e a empresa construtora. Portanto, acredito que...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A renegociação é ilegal.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Mas, de qualquer maneira, a iniciativa foi tomada em função de informações do interesse público.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Exatamente, Senador, V. Ex^a fez tudo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Cecílio, o senhor em diversas reportagens, como em uma entrevista recente à **Folha de São Paulo**, vem denunciando a OAS como responsável pelo elevado valor de propinas hoje embutidas nos custos globais das obras, às vezes encarecendo-as em 30% ou mais.

Como se processa esse mecanismo? O que acontece para que seja possível esse sobrepreço? Há necessidade do envolvimento de parlamentares, funcionários do Poder Executivo ou de outras pessoas?

Poderia o senhor nomear as pessoas e relatar casos concretos como ocorreram os fatos e, assim, dar consistência a essas denúncias?



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu tenho uma maneira, Sr. Senador, bem melhor, se me for permitido.

Não conheço os Deputados. Já foram feitos inúmeros levantamentos e não encontraram o nome da minha empresa pagando a qualquer Deputado. Seria criminosa a ação de apontar um Deputado. Não pagamos a Deputado algum.

Permita-me um exemplo: tivemos dois anos de Governo Collor. Nesse período, peguei quatro obras: duas no DNER, pequenas, com preço mínimo. Então, ganhou o preço. Sei que o DNER está na mira, mas as concorrências lá são de preço mínimo, concorrendo dez, doze empresas; ganhei uma da Receita Federal, que já terminou. É um prédio no Rio Grande do Sul. E a quarta obra é uma que consta aqui no jornal que V. Ex^a leu. Realmente, fui ao Ministério da Agricultura perguntar a quem se pagava para se conseguir uma obra.

Não posso citar nome de parlamentar nenhum, porque simplesmente não os conheço. E a minha empresa, tenho diretores aqui, cheguei à meia-noite de ontem, para saber. Então, isso não posso lhe dizer. Essa é a número um.

Nº 2: Na realidade, como me orgulho de ser empreiteiro, sou empreiteiro, cabe a esta Comissão chamar cada empreiteiro para depor e dizer o que ele fez. Eu não fiz nada. Não resta... Não tem nada sobre a minha empresa. Nada. Não sei por que, a partir de ontem, porque até anteontem estava..., Estão sendo feitas essas perguntas. Na realidade, o Presidente da Comissão... Estou aqui a convite, não estou intimado. Foi assim que V. Ex^a disse, não é? Não estou intimado e interessava a esta digna Subcomissão o meu testemunho.

Se V. Ex^a quiser de maneira institucionalizada, posso prestar os maiores esclarecimentos possíveis. Mas para indicar o nome de "A" ou "B", eu não sei. Eu venho pouco a Brasília. Não vivo aqui; só vivi aquela temporada, até ser indiciado aqui no Parlamento; não conheço. Não estou mentindo. Se eu disser alguma coisa a respeito desse senhor que chamam de "anão," "os sete anões"... eu vi esse senhor uma vez. Não lhe dei nada, nem a minha firma o deu. Não estou fazendo, não estou usando de semântica, pondo minha pessoa ou tirando minha pessoa. Nada! Absolutamente nada!

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a está referindo-se ao Deputado João Alves?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. Estou me referindo. É o mais visado. Estou-me referindo ao Deputado João Alves, sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a menciona, relativamente à visita ao Ministério da Agricultura, que era o Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, com quem teve o diálogo. Poderia mencionar, então, qual seria, à época, o Secretário Executivo e qual o Ministro da Agricultura?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Ministro era o Antônio Cabreira. A respeito do Secretário Executivo, realmente, eu não sei. Posso descrever a pessoa que me atendeu.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Poderia descrever o fato?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pois não. Era um homem gordo, suado...

O SR. EDUARDO SUPPLY - E o fato?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O fato foi o seguinte: essa empresa OAS havia ganho no INCRA oito... Não. Não é esse papel. É um papel... Não. Nelson Baeta é um homem magrinho, elétrico. E esse era um gordão. Não é Nelson Baeta. Não sei quem era.

Realmente, fiz isso que diz o jornal. Eu perguntei a quem pagava para ter uma obra. É o contrato... É o contrato Santa Luzia, que está paralisado no INCRA; estradas e açude, projeto de assentamento de Sapucaia-Buriti, lote tal, construção. Onde



é esse contrato? Eu não tenho certeza, Sr. Senador, se é no Maranhão ou é no Pará. Foi o único contrato.

O SR. DEPUTADO - É no Maranhão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No Maranhão. Muito bem. Não sei qual é pior: se é a corrupção que estavam fazendo lá ou se é a atual direção do INCRA, que foi para lá em janeiro e nada fez; nada, absolutamente nada. Não assentou uma única família. Não sei qual é a pior para o País - fico em dúvida certas horas -, se é a incompetência e a burrice de administradores ou se é uma meia dúzia de gatinhos pegando algum dinheiro. Qual produz pior mal ao País?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu pediria que V. S^a descrevesse o fato ocorrido, porque uma coisa é o que está no jornal, outra é descrever aqui. Gostaria que V. S^a descrevesse o fato ocorrido durante a visita ao gabinete do Ministro da Agricultura e a data aproximada em que ocorreu.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A data foi antes de eu pegar a obra.

Em que dia pegou a obra? Um momento. Eu tinha certeza que não foi o Dr. Bruzzi. A pessoa se assustou. Já lhe digo aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia descrever, de acordo com sua memória, como é que V. S^a assustou a pessoa?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fui à Caixa Econômica, disse que a OAS estava com oito obras, que eu não conseguia entrar em obra nenhuma e ou dei um percentual, ou quanto tinha de pagar e a quem tinha que pagar para ter uma obra no Ministério da Agricultura. Corrijo: no INCRA, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Isso lhe foi dito na Caixa Econômica?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Na Caixa Econômica não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu falei?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Falou.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deixe-me fazer um pequeno esclarecimento: tive um bombardeio - não é desculpa, depois posso mostra a tomografia - e, de vez em quando, falho. Não tenho vergonha nenhuma disso, qualquer ser humano pode ter isso. Imediatamente, peço perdão por ter dito errado. Foi o Ministro Cabreira, Ministério da Agricultura, um senhor gordo e suado e frouxo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E que palavras V. S^a disse a ele? É isso que eu gostaria que V. S^a descrevesse.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sete obras, ou oito, foram dadas à Empresa OAS. Entrei nas oito concorrências. Nenhuma consegui ganhar, porque burlavam o Decreto-Lei 2.300. Era aquele de preço-base e desempate por nota técnica, que é ilegal.

A pessoa ficou muito assustada. Realmente, não tinha levado uma vida fácil. Estava armado, não para ir assustar o pobre homem suado. Perguntei isto, Senador: quanto teria que pagar ou a quem pagava? Quem era o chefe para eu pagar para pegar a obra?

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o que ele respondeu?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Quase morreu, não é? Mas também ele deu um azar, porque, na mesma hora, eu tive uma disritmia coronariana e tive que tomar remédio, já não ficou tão forte quanto eu esperava que ficasse. Mas, uma semana depois, eu tinha uma obra e um contrato assinado. Disseram para eu entrar em tal concorrência. Entrei e ganhei. Não paguei nada a ninguém. nada, nada. Daí, entrou esse senhor, que até no nome mostra o que é - o nome dele é Russo -, e, de lá para cá.



não fez absolutamente nada no INCRA, nada, absolutamente nada; só faz comissãozinha de inquérito. É tão simples, é só medir a obra. Não tem nada disso de engenheiros do INCRA são corruptos, ponha-os na rua e contrate novos e meça. A minha hora está perfeita. É pena que esse senhor chamado Russo, por incompetência, esteja deixando milhares de famílias desabrigadas.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Sr. Presidente, o Deputado Luiz Salomão, precisar retirar-se para receber o Governador Brizola. Por isso, pede licença para formular uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Pois não. V. Ex^a, em seguida, retomará a inquirição.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy. Quero ser bem rápido e objetivo com o nobre depoente.

V. S^a se referiu a um ponto importante, que é o fato de que há pouca informação sobre como uma empreiteira pode pagar propina.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Uma empreiteira não; reporteime à OAS.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou falando que uma empreiteira...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ela não é empreiteira.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Por favor, ouça a minha pergunta, depois responda.

Uma empreiteira - não estou falando da OAS, estou falando em tese -, que trabalha essencialmente para o Governo, não tem como receber recursos sem ser através da emissão de uma fatura de serviço, de uma nota fiscal.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É de lei.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, o dinheiro já entra lavado, não é necessário nenhum tipo de lavagem. Ele não pode...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não entendi a sua pergunta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Ainda não fiz a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço ao depoente que aguarde que o Deputado Luiz Salomão formule a pergunta.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não entendi o que é lavado; portanto, não poderei responder.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O dinheiro que entra numa empreiteira é limpo, regular, contabilizado no caixa da empresa, porque ele emitia uma nota fiscal.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Claro.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como, então, uma empreiteira, por exemplo, a que V. S^a está denunciando, pode pagar propina aos engenheiros do INCRA, ao pessoal do grupo ELETROBRÁS etc.? Isso é feito mediante comprovações de saída de caixa falsas, comprando notas fiscais de outros subempreiteiros ou de materiais que não entram efetivamente no almoxarifado da empresa?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Essa é a mesma pergunta que eu fazia para mim mesmo. A única maneira que V. Ex^{as} têm para descobrir exatamente isso - estou falando da OAS, se a nobre Comissão quiser estender a outros, estenda e V. Ex^{as} têm força legal para fazer isso - é, no momento em que se emite uma... V. Ex^a falou sobre fatura?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Reportei-me à nota fiscal e fatura de serviço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não se usa nota fiscal, é fatura de serviço. Se recebe do Governo - hoje é o Banco do Brasil que deposita direto em conta - entrou na empresa. Do balanço da empresa vem para o ativo; do outro lado, está o passivo, de onde saem as despesas da empresa. Vim fustigando esse grupo para ser



processado, como estou sendo processado, a fim de descobrir alguns pontos. Um deles já descobri.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Como não quero tomar o tempo do Senador, eu gostaria que V. S^a respondesse objetivamente a isto: como uma empresa prestadora de serviços de empreitada pode ter recursos de caixa livres para pagar comissões?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Faço uma ressalva para não emitir uma acusação que não posso comprovar hoje, terei esta comprovação em pouco tempo. A única maneira que penso que pode haver é colocando-se no lugar da despesa que ele deu alguma coisa fria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Comprando, por exemplo, materiais ou serviços de subempreitada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. O subempreiteiro tem uma contabilidade, e o homem que vende os materiais tem outra contabilidade; todos são examinados.

O SR. DEPUTADO - Poderia subfaturar algum tipo de compra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, porque a nota fiscal vem da outra empresa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - A segunda e última pergunta, porque não quero abusar da concessão generosa do Senador Eduardo Suplicy, é uma outra dúvida que vejo presente no Congresso e nesta Comissão sobre a questão do superfaturamento, de elevar artificialmente o preço da obra para pagar comissão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Claro, isso existe.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Pergunto-lhe: só há pagamento de comissão nesta hipótese ou, também, em face da escassez de obras, um concorrente seu está disposto a pagar comissão para poder ter uma obra e manter a bicicleta dele pedalando?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não é uma bicicleta; é um caminhão muito grande. Se V. Ex^a analisar a minha empresa, que teve quatro obras no Governo Collor, e a OAS, com 800 obras, irá perceber que há uma diferença.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Mas quando o senhor diz ao homem do INCRA quanto tem que pagar para ganhar uma obra, se ele disser 5% ou 10%, o que o senhor faria?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não pagaria coisa alguma. Já não paguei a vários.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Uma última pergunta: o senhor fala da OAS como uma empresa dotada de um superpoder...

O SR. CECÍLIO DO REGO MONTEIRO - Sim.

O SR. LUIZ SALOMÃO - ...de obter obras, de officiar licitações, de violar o Decreto-Lei nº 2.300. Pergunto se teria alguém ou algum poder político por trás disso?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sei o que o senhor está perguntando. Como tenho pelo senhor o maior respeito, vou tirar-lhe desta, para não entrar nesta.

O SR. LUIZ SALOMÃO - O senhor disse que vai me tirar desta? Não entendi.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Porque sua pergunta quer dizer Antônio Carlos Magalhães, ou não?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou esperando sua resposta.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Então vou lhe dar a resposta. Não estou dizendo isso com maldade nenhuma, porque tenho o maior respeito por sua pessoa.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Estou querendo lhe ouvir.



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nos dias em que eu andava aqui como um tolo, carregando três malas, estive no Ministério da Ação Social, que é o mais visado do Brasil, onde tem um senhor chamado Jutahy Magalhães Júnior, e levei esses documentos ingenuamente. E disse ao Ministro Jutahy Magalhães como é que poderia ser feito, a fim de obstaculizar o que vinha ocorrendo, e dar tempo para que os deputados agissem. Os deputados já tinham concedido tirar o grande cancro brasileiro.

Era muito simples acabar com isso, como vai ser simples a partir de hoje. E ele me disse isso no gabinete, e peço por testemunha aquele senhor que está lá trás e que estava junto comigo, Sr. Orlando Barroso. Demonstrei tudo a ele e pedi um único favor, favor que uma vez pedi ao Sr. Senador Eduardo Suplicy, que tem acesso ao SIAFI, e ele entregou a mim - vou deixar isso também, Sr. Presidente.

Aqui é o mais triste dos roubos, é o cara que rouba em casa de pobre, para construir casa de pobre. Eu não tenho uma em construção. Nem uma sequer. E o Senador me deu por intermédio do Sr. Samir. Foi o Sr. Samir que me entregou isso. Aqui demonstra quantas obras tem cada empresa.

Agora vou responder ao senhor. Vem esse Ministro mentiroso...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Lembro ao depoente que não pode e não deve usar essas expressões. Tem que se limitar a responder as perguntas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Desculpe. Retiro a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço ao senhor que não repita essas expressões.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Permita-me apenas esclarecer que a informação que foi dada pelo meu gabinete ao senhor é uma informação de interesse público relevante e que pode ser dada a qualquer cidadão brasileiro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso é óbvio, caso contrário, não poderia ter sido dada a mim, Senador.

Retiro e peço perdão...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço a V. S^a que não repita essas expressões.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não repetirei. Fique descansado. Desculpe-me.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, depois gostaria de ter a palavra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não usando da verdade, ele disse que fui procurá-lo como deputado. Não fui. Não teria motivo para procurar um deputado. E disse que eu tinha levado informações contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Também não é verdadeiro. Eu simplesmente queria achar uma forma de entrar na Caixa Econômica para verificar como a coisa era feita.

Muito bem. Passados alguns dias, abro um jornal e tem uma declaração do Sr. Jutahy Magalhães Júnior dizendo... Ah, quando eu saí de lá, contando para alguém, esta pessoa me disse: "Não vai sair coisa alguma. O irmão dele trabalha na OAS." Aí me deu uma grande tristeza mesmo. Daqui a pouco, leio no jornal uma declaração dele de que eu tinha levado documentos contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Nunca trabalhei na Bahia; nunca tive relacionamento com o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Esse Sr. Jutahy obrigou-me a fazer uma carta para o Sr. Antônio Carlos Magalhães, dizendo que não era verdadeira aquela sua assertiva no jornal.

O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a não respondeu a minha pergunta, que é a seguinte: tem conhecimento de que há, por trás da OAS, poder político que lhe dá essa desenvoltura, essa capacidade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, Deputado.



02/12/93



O SR. LUIZ SALOMÃO - V. S^a inferiu da minha indagação que eu estivesse me referindo ao Sr. Antônio Carlos Magalhães. Bem, é óbvio que essa ligação é feita por todo mundo; até traduziu-se OAS por "Obrigado Amigo Souza"; Souza é um dos genros esteve lá. Quero que seja muito objetivo na resposta: V. S^a suspeita de que há uma ligação entre a OAS e esse Governador de Estado? Sim ou não?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Nem suspeito. Realmente não suspeito. Se suspeitasse, diria.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Então, quem está por trás da OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Engenharia AC. O senhor também é engenheiro?

O SR. LUIZ SALOMÃO - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O V0 (V zero) dessa corrupção ocorreu no Governo Collor. Antes, o menor preço determinava quem ganhava a obra. No Governo Collor, foi deturpado e ferido o Decreto-Lei nº 2.300.

O SR. LUIZ SALOMÃO - Nota técnica existe há muitos anos, desde o Decreto-Lei nº

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Desde 28 de novembro de 1986. A grande massa de obras, porém, começou no Governo Collor.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. É simples: basta ver isso em Ministérios, onde não tenho alcance. Fui posto para fora de mais de 300 obras por causa dessa burla ao Decreto-Lei nº 2.300, Deputado.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Inscrevi V. Ex^a, eminente Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Gostaria de falar de imediato, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - O Senador Eduardo Suplicy, que é o Relator, vai finalizar sua inquirição e, em seguida, darei a palavra a V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Eduardo Suplicy) - Sr. Presidente, gostaria de ouvir o esclarecimento sobre o episódio do Senador Jutahy. Penso que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Pois não. Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, do pequeno trecho do depoimento do Dr. Cecílio que ouvi, escutei-o dizer que, de vez em quando, sofre um bombardeamento, se esquece e mistura as coisas. Não sei se S. S^a se recorda de que esteve no meu gabinete.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador, o senhor é um dos homens mais dignos que conheço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Meu filho também.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Seu filho deve ser também.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Pois é.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Entretanto, esse episódio, houve. Não posso mudá-lo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Mas V. S^a vai se lembrar de quando me procurou.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Na companhia do Senador José Richa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. S^a me procurou como adversário do Sr. Antônio Carlos Magalhães.



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No Governo Fernando Collor.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. S^a, quando entrou no meu gabinete e começou a conversar, demonstrou ser um bom leitor de determinados livros e falou-me sobre o suicídio do genro do Sr. Antônio Carlos Magalhães.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. Existe um livro; eu o li.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - V. S^a disse que ele era responsável; até contou uma história: que havia um revólver no coldre do suicida.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor tem de ler o livro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Está no livro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Está no livro.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Então, V. S^a mostrou que conhecia bem o livro; e foi para lá atacar o Sr. Antônio Carlos Magalhães. Depois, V. S^a relatou-me que o Sr. César Mata Pires era responsável pelo atentado contra o avião em que V. Ex^a iria viajar num determinado dia.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso, eu não lhe disse.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Disse. V. S^a disse. Pode ser que esteja bombardeado o cérebro de V. S^a, como disse que, de vez em quando, acontece. Mas V. S^a afirmou que estava com a viagem marcada em um determinado dia no seu avião e que esse avião caiu.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Disse.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E o responsável pela queda desse avião era o Sr. César Mata Pires.

Sr. empreiteiro, nada tenho a ver, como senador, com essas questões. V. S^a me mostrou os documentos e me entregou os documentos sobre a OAS.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - São os mesmos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E V. S^a me disse que os tinha entregado ao Ministério da Justiça.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E lá era o local apropriado para as investigações.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, estão lá.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - No entanto, V. S^a asseverou que não falou com o Deputado Jutahy Magalhães Júnior. Na mesma época, V. S^a também procurou o Deputado Jutahy Magalhães Júnior.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, senhor.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E posteriormente, quando ele já era Ministro, V. S^a o procurou novamente?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - E ele afirmou a V. S^a que o caminho certo era a Ouvidoria do Ministério ou a Procuradoria-Geral da República, pois que as obras não são feitas pelo Ministério.

Então V. S^a veja bem como se coloca este problema: estou aqui repondo os fatos e afirmando que, a mim e ao Deputado Jutahy Magalhães Júnior, V. S^a nos procurou como adversários do Sr. Antônio Carlos Magalhães, querendo nos utilizar nesta condição - de adversários do Sr. Antônio Carlos Magalhães para pegar o Sr. César Mata Pires.

V. S^a afirma que meu outro filho trabalha na OAS; sim, trabalha. Não depois do Sr. Jutahy Magalhães Júnior ser Ministro, mas antes; ainda no período do Sr. Fernando Collor. E outra coisa completamente diferente.



Não tem nada a ver; não existe jogo de influência nenhum.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não é dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Peço ao senhor que aguarde a interpelação do Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Se o senhor possuir alguma prova contra a OAS, contra o Sr. Antônio Carlos Magalhães, V. S^a vai me dar a maior felicidade do mundo, porque ando atrás disso. Mas quero provas, não quero "ouvi dizer", não quero fofoca. V. S^a chegou a mencionar o papel de garanhão que V. S^a faz na sua vida; eu nada tenho a ver com isso. Veja o tipo de conversa que V. S^a teve comigo.

V. S^a quer dizer que o Sr. Jutahy Magalhães Júnior não tomou nenhuma atitude porque tem um irmão na OAS? V. S^a respeite os outros!

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bem, em resposta ao Sr. Senador, tenho de afirmar - estou sob juramento - que realmente estive em seu gabinete - não estou negando -; falei-lhe sobre o livro - não estou negando nada, absolutamente nada. Mas procurei seu filho, unicamente, no Ministério de Ação Social, por ser esse Ministério o responsável por verbas que casam a Caixa Econômica a prefeituras, casas populares, saneamento e tudo - foi esse o motivo.

Não estou fazendo fofoca, Sr. Senador, nem aceito que V. Ex^a afirme isso para mim. Se V. Ex^a quer os fatos, eles estão ali, Senador. Já os entreguei. Falta mais um pouco de informação para explicar como funciona o esquema.

V. Ex^a dizer para mim que não é dessa maneira? Estou relatando exatamente o que ocorreu. Estive com o seu filho, junto com aquele senhor que está ali. Fui pedir-lhe que, se fosse possível, me desse uma lista da Caixa Econômica. Foi o que fui fazer.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES - Sr. Presidente, a Caixa Econômica não é subordinada ao Ministério da Ação Social!

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Se V. Ex^a me permitir, é! Claro! O Ministério da Ação Social ordena a Caixa Econômica - basta ler a parte que explica como funciona; era o que eu iria mostrar agora.

Não estou em caráter de ofensa a V. Ex^a; eu lhe tenho o maior respeito. Não pense que fui ao seu gabinete como inimigo do Sr. Antônio Carlos Magalhães para fazer fofoca; não fui. Fui porque o Senador José Richa e o Senador Mário Covas disseram que um dos senadores mais probos que havia - são todos - era o senhor. Foi esse o motivo. Há um engano.

Entretanto, que eu fui no gabinete do seu filho e que não consegui o que eu queria, é verdade. E que para o filho de V. Ex^a eu não disse absolutamente nada a respeito do Sr. Antônio Carlos Magalhães, eu não disse.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Devolvo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Cecílio, a C.R. Almeida participou de alguma concorrência do PROCERGE? Por que se caracterizaram os editais para as obras desse programa de saneamento denominado PROCERGE? Havia um sistema de controle de direcionamento? Que pessoas estavam comprometidas com esse procedimento?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Senador, V. Ex^a sabe tanto quanto eu, porque fui eu quem entregou a V. Ex^a a lista do PROCERGE. Era dinheiro do Banco Mundial ou do BID, da ordem de 500 milhões de dólares. Existia uma lista dando os nomes das obras... Não, o nome da obra era a cidade. Era por Estado, cidade, valor estimado; tinha também o parlamentar que indicava o empreiteiro. Está nas mãos de V. Ex^a. E o nome da empresa que pegava...



O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu formulei essa pergunta exatamente para complementar a primeira que eu havia feito. O Sr. Cecílio do Rego Almeida fez algumas visitas ao meu gabinete, e sempre procurei tratar de questões relevantes. Uma delas foi exatamente esse episódio, cujo relato vou completar para depois pedir mais esclarecimentos.

Certo dia, o Sr. Cecílio do Rego Almeida trouxe-me um documento que considerei de grande relevância, pois entregou-me uma listagem de todas as obras que seriam efetuadas pelo Ministério da Ação Social - era ainda o Governo Fernando Collor de Mello -, cerca de 70, se não me engano, nas diversas cidades que seriam beneficiadas pelo PROCERGE. Não estava completada ainda a licitação e havia o nome da empresa que ganharia a obra e o nome do parlamentar indicado.

Tomei a seguinte providência. Fiz um requerimento de informações, pedindo ao Ministro Ricardo Fiúza que descrevesse todo o procedimento licitatório, que explicasse exatamente qual era o mecanismo, e, na justificativa, dei claramente a entender que eu estava conhecendo do procedimento.

Em virtude desse requerimento, tenho a convicção que deve ter sido isto, o Ministro Ricardo Fiúza suspendeu o procedimento licitatório e houve um novo processo de licitação. Inclusive, os seus assessores principais vieram ao meu gabinete para tentar explicar que o novo processo licitatório seria efetuado; portanto, aquele que originalmente iria acontecer, obviamente de cartas marcadas, foi sustado. Então, gostaria que V. S^a completasse...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É verdadeiro, totalmente verdadeiro o que o Senador Suplicy disse. Esses 500 milhões de dólares de um programa chamado PROCERGE do Banco Mundial tinha o direcionamento das obras, eram quinhentas obras, só não tinha no caso do Paraná em que o Governador era o gestor do órgão público que trata da água no Paraná, e que, portanto, é estatal, é governamental, do Estado. Então, seria uma concorrência.

Essa atitude do Senador fez com que não burlassem o Decreto-Lei nº 2.300 e encontraram uma solução não ilegal e puseram na praça tal programa de saneamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou fazer minha última pergunta, teria outras, mas certamente os outros Companheiros irão fazê-las, senão as fizerem, as demais eu formularei no final.

Como foi, Sr. Cecílio, a concorrência para o metrô de Brasília? Desta a C. R. Almeida participou. A construção do metrô de Brasília envolve, inclusive, recursos do orçamento federal. Como as empreiteiras se organizaram, não apenas para conseguir participar dessa obra, mas também para que não faltassem recursos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nobre Senador Suplicy, V. Ex^a está falando da linha vermelha?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Construção do metrô do Distrito Federal, de Brasília.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - De Brasília?

O SR. EDUARDO SUPLICY - A C. R. Almeida não participa da construção do metrô?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Participa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, por isso gostaria que V. S^a descrevesse como foi o sistema de concorrência? Como se caracterizou a licitação para o metrô de Brasília?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador, entrei junto com mais uma empresa como subempreiteira do metrô. Se V. Ex^a quiser, até à tarde vou a uma empresa que tenha concorrido à obra e lhe dou elementos. Sou subempreiteiro. Devido



a essa burla ao Decreto Lei nº 2.300, minha empresa veio caindo no seu desempenho, sem obras, sem recursos. Passei a ser subempreiteiro de obras.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A C. R. Almeida participou da concorrência para a construção do Edifício Sede do Superior Tribunal de Justiça?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu?

O SR. EDUARDO SUPLICY - A C. R. Almeida participou?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Claro que não!

O SR. EDUARDO SUPLICY - Da concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não participei. Não participei.

Li sobre essa obra na revista *Veja*. É a tal obra de 140 mil metros quadrados? Não participei. Se fosse dada a minha pessoa o edital de concorrência diria onde está o furo. Agora, é preciso ver bem o Decreto Lei nº 2.300... Se houve preço base com nota técnica para o julgamento todos empatam, com a nota técnica para desempate houve fraude. "Se houve", eu falei, porque não conheço o edital, porque não tive conhecimento, não sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Tenho mais perguntas, mas as farei no final para permitir a palavra aos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Com a palavra o Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, creio que é preocupação desta Comissão do Congresso Nacional apurar os fatos, mas preservar as empresas. Se não preservarmos as empresas, este País vai entrar numa crise econômica tal que não teremos capacidade de avaliar a sua dimensão.

O que está havendo aqui é um tiroteio de acusações entre diversos empresários do País, mas não quero, de forma alguma, prejudicar ninguém. O que vejo é que este é um dos setores mais importantes da atividade econômica do Brasil, junto com a indústria automobilística.

Acho que a participação da construção civil é muito mais importante, inclusive, do que a da indústria automobilística, como geradora de empregos - e o Dr. Cecílio poderá confirmar isso ou não.

Temos que ter os cuidados necessários, pois já estamos destruindo aqui alguns parlamentares - destruindo moralmente e politicamente. Aliás, nós não, a imprensa e alguns parlamentares que, fazendo parte da Comissão, irresponsavelmente fazem vazar notícias e fazem chegar aos jornais homens com a idoneidade moral - pelo menos na minha avaliação, e acho que na de todos - do Senador Almir Gabriel.

Então, temos que, com cuidado, ver quem são os diretores das empresas envolvidas nesses episódios, puni-los, torná-los inidôneos e fazer com que sejam substituídos pelos acionistas na direção das empresas, mas preservar essas empresas. Caso contrário, este País vai para o caos. Vamos criar uma onda de desemprego no Brasil como jamais houve, e aí não há democracia, nem nada, será o caos político.

Dr. Cecílio, o senhor afirmou que foi prejudicado recentemente numa concorrência feita pela PETROBRÁS - ou desqualificado, algo assim -, porque consideraram que o senhor não tinha pago o INSS...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O INSS e o Imposto de Renda.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - O senhor acaba de apresentar certidões aqui em que se vê que é normal a situação da empresa com o INSS e com o Imposto de Renda. Queria saber de V. S^a por que a PETROBRÁS, que é uma estatal, tomou essa decisão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Explico, nobre Deputado. Mas deixe-me fazer apenas um adendo: além dos documentos entregues ao Presidente da Comissão, que são documentos recentes atestando que nada devo, amanhã à tarde



entregarei documentos informando que, nas datas em que foram dadas as certidões - acho que em 22 de abril e 18 de agosto -, eu também nada devia ao Imposto de Renda nem ao INSS.

Sr. Deputado, permita-me, com todo o respeito, esclarecer: eu disse que saiu da PETROBRAS, eu não disse que a PETROBRAS fez dessa maneira. Eu explico: é uma concorrência muito importante, da ordem de 40 ou 50 milhões de dólares, e que vai se repetir cinco vezes. Esse trabalho vai a 250 milhões de dólares. Entrou um grupo muito grande de empresas, e tem que ter tecnologia das mais avançadas do mundo para se habilitar e concorrer.

Na parte técnica, a minha empresa, em consórcio com uma outra empresa, foi habilitada - tivemos o orgulho de ser habilitados tecnicamente. Outras empresas de bom porte, cujos nomes não cito - são colegas -, não foram habilitadas por não terem a capacidade técnica exigida.

Dentre as empresas habilitadas, uma chamada ULTRATEC ??? pertence à OAS. Não entendo, realmente não sei como um documento confidencial, de dentro da PETROBRAS, é estampado num jornal e eu levo quatorze dias num flat no Rio de Janeiro, em três telefones, controlando, para termos um... Uma repartição pública demora muito para dar uma certidão.

Acho que há uma montagem; não que eu tenha espírito de perseguição. Sei defender-me. Há menos de dez dias, entramos com um recurso à PETROBRAS, e dentro de dez dias retorno à concorrência. Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - A PETROBRAS alegou o quê para tirar V. S^a da concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Primeiro, que a minha empresa estava em concordata. A Lei nº 8.666, no art. 78, inciso II, aponta, de maneira não sábia, que firmas falidas e concordatárias... Quando o instrumento legal da concordata, que é alemão e data do século XVII, permite que a empresa concordatária, desde que ela demonstre um fôlego econômico, não financeiro - o que foi o meu caso -, continue trabalhando, isso é inteligente, porque uma empresa concordatária, trabalhando, não põe na rua, como estamos colocando, 5.500 pessoas, que representam um total... Nós chegamos a ter 25.000 funcionários diretos, e isso representa uma população, multiplicando-se por cinco, de 125 mil pessoas; no caso, agora - cinco vezes cinco são 25 -, 27.000 pessoas. Foi isso que aconteceu, Deputado. Estou lutando para ter um retorno e ver se pego a obra.

V. Ex^a me permite só uma observação, Sr. Deputado?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Como V. Ex^a, penso que uma empresa que rouba o País não é a empresa, é uma pessoa jurídica; são pessoas da empresa que estão tendo ganhos ou roubando o País.

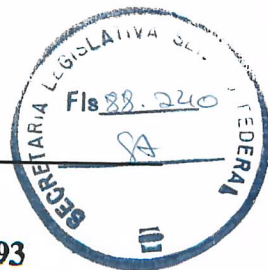
Realmente, devia haver a salvaguarda de a empresa - não estou pedindo isso para a minha empresa, porque ela não deve nada - trazer o dinheiro que foi roubado - porque dói muito mais para o ladrão quando tiram o dinheiro que roubou -, punir por idoneidade e colocar na prisão aqueles responsáveis, não o empregado de terceiro time, mas sim a diretoria estatutária, que tem força para dirigir a empresa. Eu vejo da maneira de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Dr. Cecílio, nós todos estamos aqui para esclarecer fatos, mas, ao mesmo tempo, contribuir para que este País entre no caminho da dignidade e da seriedade.

Eu li notícias, talvez até plantadas nos jornais, e apenas quero uma colaboração de V. S^a no sentido de esclarecer definitivamente isso. Já houve um discurso



02/12/93



na Câmara, inclusive, sobre o assunto. Afirmou-se que V. S^a teria oferecido um jantar ao Sr. José Carlos Santos, aqui em Brasília.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, os jornais noticiaram isso.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - É verdade que houve esse jantar?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É verdade. Deixe-me contar; depois, as pessoas que lá estavam ou quem organizou o jantar poderá repetir.

Uma casa em Brasília custa três mil dólares; existem inúmeros diretores viajando, e custa 140 dólares um bom lugar em hotel, mais a comida, porque restaurante em Brasília é caro. A somatória mensal das despesas tendo uma casa com cozinheira, um motorista para vários diretores - porque é uma economia do cão! - É mais barato. Então, tínhamos essa casa. Depois saímos dela e fomos para outra e agora, na concordata, fechamos a casa. É verdade que D. Lígia Azevedo, uma senhora que trabalha no Senado há 25 ou 30 anos, não sei, tendo um colega do Senado, esse senhor, José Carlos Alves dos Santos - de quem todos estão com repugnância depois da morte da senhora dele - tinha sido promovido pelo Governo para Diretor do DOU - Departamento de Orçamentos da União. D. Lígia pediu a um diretor da empresa a casa para fazer uma homenagem a esse Sr. José Carlos Alves dos Santos. Se eu estivesse em Brasília, iria. Sou o dono da empresa. Eu iria. Não estou-me negando, mas não estava em Brasília, não fui. Havia Senadores e Deputados, principalmente Senadores, porque esse senhor, durante mais de vinte anos, foi funcionário do Senado e era considerado um dos melhores funcionários.

Houve Deputado... - tomando cuidado, já fui chamado à atenção duas vezes, não quero errar com o senhor. Agora, se puseram uísque e o uísque era de 18 anos, de 12 anos, se a empadinha tinha 3 ou 6 centímetros de diâmetro são coisas de que não tomo conhecimento, Deputado, porque quiseram entrar nesse terreno: quem pagou o guaraná do deputado fulano de tal, etc. Realmente, Deputado, plagiando o Senador Jutahy Magalhães, não vivo de fofoca, vivo de trabalho e isso eu não sei. Se a empresa cooperou e a casa era da empresa e ofereceu um jantar... estamos num país livre, oferecem-se jantares a homens considerados dignos, no momento em que se quer... não é o senhor (estou respondendo ao jornal) e não tem que se dar explicação de coisa alguma a jornalista que mente. É assim que procedo. Daí as pessoas acham essa forma de ser meio grosseira. Elas precisam compreender que... e tem mais, posso completar seu caso, aí seria mais grave ainda...

Passado algum tempo, D. Lígia, que já tem por volta de 60 anos, tem 30 de Senado. Eu estava em Brasília nesse dia - isso que quero deixar claro - e ela me disse: "olha, tem uma festa em homenagem ao Sr. João Alves e vai ser na casa daquele senhor que a sua empresa cedeu a casa para homenageá-lo". Eu lhe disse: não gosto de festa, amanhã tenho que acordar às 6h30min e ainda tenho que ir até Manaus". E ela me disse: "não, não. Vai lá meia hora". E fui. Lá conheci - conheci não, cumprimentei - o Sr. José Carlos Alves dos Santos, a esposa dele, a Sr^a Ana Elizabeth, depois a Lígia me levou até o Deputado João Alves, que estava completando setenta e poucos anos e cumprimentei-o civilizadamente. Como eu estava lendo um bom livro, "A Arte da Guerra", pedi a Lígia que quando eu fizesse um sinal, ela me tirasse da festa, porque eu não sabia os caminhos ali e saí da festa.

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Muito obrigado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Este foi o episódio que houve. Posso fazer um adendo, Deputado?

O SR. JOSÉ LOURENÇO - Pois não.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Estou sob juramento. Nunca dei um centavo a esse anão.



O **SR. PRESIDENTE** (Sigmaringa Seixas) - O nobre Deputado compreendeu.

O **SR. JOSÉ LOURENÇO** - O senhor dizendo isso, parece que deu a outros. (Risos)

O **SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA** - Não, não, não. Estão pegando a pessoa. O senhor é muito inteligente, Deputado. Permita-me corrigir a resposta.

O senhor me desculpe, Deputado, mas me permita corrigir.

O **SR. JOSÉ LOURENÇO** - Pois não.

O **SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA** - É que a pessoa que cumprimentei era esse senhor, por isso disse que me expressei mal dessa maneira.

O **SR. PRESIDENTE** (Sigmaringa Seixas) - Deputado José Lourenço, V. Ex^a completou seu questionamento?

O **SR. JOSÉ LOURENÇO** - OK. Obrigado.

O **SR. PRESIDENTE** (Sigmaringa Seixas) - Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O **SR. SÉRGIO MIRANDA** - Sr. depoente, a CPI que estamos realizando desempenha um papel importante na vida deste País. Algumas pessoas procuram deturpar o significado da CPI, considerando que existem interesses menores. Mas considero que esse processo que estamos vivendo, outros países como os Estados Unidos viveram há quarenta anos; a democratização das relações de poder; a transparência; que a Justiça funcione; que aqueles que manipulam o dinheiro público sejam processados. Nesse momento, considero que as pessoas, individualmente, tenham a responsabilidade. Digo a V.S^a, até com uma certa tristeza, que os Deputados que compareceram à CPI para depor não contaram a verdade para nós.

O **SR. JOSÉ PAULO BISOL** - E juraram.

O **SR. SÉRGIO MIRANDA** - E juraram. Confesso a V. Ex^a, também, com uma certa tristeza, que quem mais falou a verdade nessa CPI foi o Sr. José Carlos Alves dos Santos. Isso é um demérito para a Casa e para a democracia brasileira.

Quando convidamos V. S^a, a expressão correta é essa, para participar do trabalho desta subcomissão, foi no sentido de ouvir de V.S^a uma contribuição para que possamos esclarecer. Interessa-nos muito mais o desvendar o esquema do que a responsabilização individual de "a", "b" ou "c".

O **SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA** - Perfeito.

O **SR. SÉRGIO MIRANDA** - Na minha opinião, V. S^a deu uma grande contribuição para essa CPI quando na sua entrevista, revelou um dos esquemas, o qual uma das construtoras tem por prática agir. V. S^a falou sobre a argúcia do sistema de **franchising**.

O **SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA** - De corrupção.

O **SR. SÉRGIO MIRANDA** - De corrupção. Basicamente como se manifesta uma construtora, por influência política? A única forma é essa: consegue-se uma obra; fraudar a licitação e age como intermediária, porque não realiza a obra. Ela transfere para uma outra empresa que subempreita a obra. Nesse sentido, temos um documento que me horrorizou. Uma construtora consegue uma obra por cem, a obra é realizada por uma outra empresa ao custo de trinta e oito. Só nesta intermediação, a construtora que conseguiu a obra ganhou sessenta e dois. A planilha de custos da construtora, comparada com a planilha de custos da construtora que realizou a obra - as duas planilhas para a mesma obra - numa, os preços valem cem; em outra, os preços valem trinta e oito.

Eu gostaria da sua contribuição. Não pretendemos destruir empresas. Esse não é o objetivo da CPI; não iremos prescindir da ação de empreiteiras neste País.



Ao contrário, estou criticando o Ministro Fernando Henrique Cardoso, porque S. Ex^a está aproveitando-se da CPI para cortar investimentos.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Para não pagar as contas?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não pagar as contas e cortar investimentos.

Isso é um absurdo, porque o País precisa desses investimentos; precisa de saneamento, de estradas. Eu gostaria que V. S^a desse uma contribuição para a CPI; discutisse esse sistema. Primeiro, esclarecendo melhor o que chama esse sistema de **franchising**. Como a OAS ou outra empresa, não quero me fixar na OAS, consegue ganhar a licitação? Ela não realiza e recebe o lucro apenas, porque teve influência política para ganhar uma licitação e transfere a realização da obra para uma outra empresa. Isto ocorreu em várias obras desse País. É uma prática contumaz de algumas empresas, com influência política no Ministério, que consegue a obra e a transfere para outras empresas realizar. Eu pediria a V. S^a que nos comentasse sobre o assunto, porque considero uma questão importante.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Meu nobre Deputado Sérgio Miranda, é uma grande honra responder a pergunta mais importante que me foi feita. Não que os demais não tenham feito perguntas importantes. Distribuí um índice, e a pergunta de V. Ex^a corresponde ao último item: o de nº 15.

É uma honra responder para o Deputado do PC do B que eu não sou desse lado. É o senhor quem está perguntando. Eu me sinto muito à vontade, porque temos que analisar o seguinte: Deputado, eu, nesses dois anos de Governo Collor, a empresa perdeu 138 milhões de dólares. Eu vou passar os balanços da minha Empresa para o Presidente da Comissão, mas peço aos senhores que me permitam. O que estou dizendo hoje, eu disse em **Diário Oficial**, certo? Porque está tão bem posto isso aqui na... "Nossa empresa perdeu 138 milhões de dólares. No **Diário Oficial** de 14 de outubro, referente ao Exercício de 1991." O responsável pela frase sou eu.

No relatório da diretoria eu digo:

Terceiro - isso o senhor é que está dizendo, só quero dizer com outras palavras. "Selvageria na conquista de novos contratos. De outra parte, ainda que o país enfrente uma necessária recessão no setor de obras públicas, efeito inarredável da política de apenas gastar o que seja arrecadado, algumas licitações se fizeram decorrentes dos termos de aplicação dos governos federal, estaduais" - aqui está faltando municipais, que é um dos mais importantes. Houve um erro nosso. Deveríamos ter citado, também, os municipais. "Conforme amplamente divulgado nos meios de comunicação, sem qualquer compromisso - agora vai ser dada parte da resposta para o senhor, depois eu explico o plano todo e como destruí-lo - com o mercado de construção - por isso eu digo que eles não são empreiteiros - algumas empresas açambarcaram o mercado pela simples intermediação, monopolizando-o pela fraude, fazendo das licitações um simulacro para referendo de suas escolhas adrede efetuadas. De consequência, os preços dessas obras públicas manipulados por esses poucos, atingiram valores estratosféricos, restringindo o número de obras a serem disputadas de forma séria e legal.

O efeito dessa selvageria ilegal no mercado das licitações é o principal responsável pelo mau resultado pela companhia no ano de 1991. A diretoria não teve o cinismo de adaptação a essa autêntica lei das selvas, perdendo espaço no mercado e recebendo como castigo ao seu comportamento, de acordo com as normas legais, o resultado do balanço ora apresentado.



02/12/93



Então, Sr. nobre Deputado, estou falando de uma coisa de 1991. Não estou falando de dezembro de 1993. Isto está escrito e publicado no **Diário Oficial**.

Vou até o fim e volto; o senhor me permitiria?

Deputado, V. Ex^a foi no fulcro da questão. Se eu fosse o Presidente da República ou se tivesse alguma força, a força que os senhores têm, que pode ser uma medida provisória, como um decreto-legislativo. É uma maneira de prestigiar o Congresso o que estou dizendo.

Este aqui está em nome do Presidente e era decreto, mas pode ser medida provisória.

"O Presidente da República Federativa do Brasil, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 84, inciso IV, parte final da Constituição, considerando as decisões tomadas, reiteradamente, pelo egrégio Tribunal de Contas, declarando a ilegalidade das licitações de preço base, Decreto Lei nº 2.300, de 1986, art. 37, parágrafo único, inciso IV, decididos por nota técnica - é ilegal, portanto, o preço base com a nota técnica - ; considerando que, além de ilegais, tais licitações permitem e permitiram manipulações do resultado por utilização de critérios subjetivos; considerando que, nesse tipo de licitação, preço base decidido por nota técnica, há violação flagrante dos princípios da legalidade e da moralidade a que está a Administração Pública, por força do disposto no art. 37 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Ficam anuladas, no âmbito da Administração Federal, direta, indireta e fundacional, todas as licitações do tipo preço base decidido por nota técnica.

Parágrafo Único - Ficam igualmente anulados os contratos celebrados em decorrência de licitações referidas no **caput** deste artigo.

Art. 2º - Os convênios celebrados pela Administração Federal, os Estados e Municípios e que envolvam licitações do tipo preço base decidido por nota técnica ficam denunciados e vedada toda e qualquer transferência de recursos financeiros neles prevista."

Neste caso são os convênios, que depois eu explico, passo por passo, como se fecham essas torneiras.

"Art. 3º - Os órgãos e entidades da Administração Federal, direta, indireta e fundacional, devem encaminhar, em trinta dias - mas podem ser mais, quarenta, sessenta -, a relação das licitações e dos contratos referidos no art. 1º, parágrafo único, com os respectivos procedimentos administrativos, à Procuradoria-Geral da República, para as providências que esta entender cabíveis..."

Isso faria com que a CPI tivesse tempo de se aprofundar no essencial, porque quem ia procurar o ladrão era a Procuradoria-Geral da República. Deveria ser acrescentado um ponto a mais aqui. Temos cinco mil Municípios, em vinte e sete Estados brasileiros. Da mesma maneira que o Deputado José Lourenço, brilhantemente, teve a idéia de prender quem fez, deixar a empresa viva, substituir os seus dirigentes, eu teria uma idéia aqui também. A idéia é a seguinte: como não é possível castigar prefeitos do interior, são cinco mil prefeitos - conheço este Brasil palmo a palmo e sei como eles pensam e como pensam os vereadores -, ficam autorizados as autarquias, os Governos Estaduais e Municipais a reabrirem as concorrências, essas que foram anuladas, a partir do ponto que está - existe agora uma nova lei -, dentro dos critérios da Lei nº 8.666.

Um momento. A cada dez minutos recebo uma informação. Está aqui:

"Parágrafo Único - Os órgãos e entidades da Administração Federal, direta, indireta e fundacional, providenciarão, quando



02/12/93



fisicamente possível - eu tiraria esse "quando fisicamente possível" - a abertura dos procedimentos licitatórios, em substituição aos anulados, em prazo não superior a 180 dias, observada a legislação em vigor.

Este decreto entra em vigor na data da sua publicação."

Então, nobre Deputado, que tive a honra de conhecer hoje, existem ralos no sangue brasileiro que vou apontá-los e depois vou dizer quais são os principais e como brecá-los. Vou pegar essa empresa chamada OAS, que não é empreiteira, e posso dizer tudo, porque ele não é meu colega. Se ele fosse meu colega, eu não estaria sentado aqui, jurando, e eu jurei dizer a verdade.

Então, vamos agora ao que é importante. Mas me permita um parêntese: desculpe, Senador, mas V. Ex^a foi uma pessoa importante nesses acontecimentos todos. Eu só tive o auxílio de V. Ex^a. Quando o Senador Suplicy contou esse caso de Santa Catarina, ele evitou para a OAS... Teve aquele episódio de *jet ski*, mas eu não estou aqui para falar mal de nenhum parlamentar. Eu sei a vida sofrida dos Parlamentares. Ganham pouco, são mal falados e trabalham como uns loucos. Realmente, o Tribunal dizia...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. V. Ex^a deve ganhar menos de 2 mil dólares. Pois é, eu tenho oficiais administrativos que ganham mais do que isso. Mas é um erro. Nós temos que arrumar o País, porque é um País de incompetência.

Então, veja o absurdo, Deputado: a Decisão 395 do Tribunal de Contas, assinada pelo Ministro-Relator Paulo Afonso Martins de Oliveira e tendo como Presidente em exercício o Vice-Presidente Carlos Átila Álvares da Silva, recebeu, da Associação de Empreiteiros de Obras Públicas de Pernambuco - por isso que empreiteiro não deve ser mal falado - recebeu uma pergunta, se era ou não era legal usar preço-base com nota técnica, desempate por nota técnica. Eles responderam:

"Decisão. O Tribunal Pleno, ao acolher o voto do Relator, diante das razões expostas, decide: 1. Receber a presente consulta para responder ao consulente que o critério de nota técnica como forma de desempate de licitação que tem por modalidade o preço-base não deve ser adotado por falta de amparo legal".

Há um certo eufemismo. Ele poderia dizer que é ilegal, afirmar com mais veemência. Ora, se isso era ilegal em dezembro de 1991, era ilegal desde o primeiro dia que entrou em vigência, esse Decreto-Lei nº 2.300. Eu estou certo, Deputado?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Está certo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Quando o Senador Suplicy, para evitar um roubo, no total eram 174 milhões de dólares - eu estou me referindo só na OAS. Da OAS eram 62 milhões de dólares. Quando o Senador Suplicy, já em 1992, não havia o mês, isso é fácil, seis de 1992, no encerramento, só pode ter mandado em maio... Quando o Senador Suplicy enviou ao Tribunal de Contas da União, que é um órgão acessório de V. Ex^{as}, perguntando se era ilegal ou não era ilegal, vejam que resposta. Eu vou falar senão perde muito tempo. Era ilegal antes. Para essa concorrência não era ilegal. E no futuro será ilegal. Está aqui. E para comunicar aos ilustres consultentes não menos ao ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Então, realmente eu não entendo. Realmente eu não entendo que possa dizer: a utilização da nota técnica como critério de desempate só foi considerada inaplicável a todo tipo de licitação na decisão plenária tal, de 4 de 92, e a partir desse momento produziu efeitos *erga omnes*. Que a administração poderá usar, e aí diz assim...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - De quem é esse documento? Quem assina?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Assina Dr^a Elvia Castello Branco, Ministra-Relatora. É sobre canalização de água. Vim ao Ministério da Ação



02/12/93



Social, fui infeliz. Não gostaria que isso tivesse ocorrido com o Senador Jutahy Magalhães, tão honesto e tão correto, mas com o filho ocorreu. Vim ao Ministério da Ação Social. O Ministério da Ação Social dava a ordem à Caixa Econômica Federal. Mostravam ao Prefeito, que abria uma concorrência: preço-base, desempate e nota técnica. E havia mais uma coisa que eles inventaram: quanto maior fosse a empresa, menor chance de pegar a obra. Fui posto para fora em mais de 150 obras dessa maneira. Ou o Prefeito, não o Prefeito, mas algum auxiliar escondia o edital. Não se conseguia comprar o edital, só comprava - tenho exemplo - mediante mandado judicial. Ganhou a obra. Fiquem certos, Senhores, de que esse preço é o dobro de um preço normal de obras. Vivi durante 41 anos, dessa maneira: entrando em concorrências com preço mínimo. Então, o dinheiro era do trabalhador brasileiro, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Era uma coisa da ordem de oito ou nove bilhões de dólares, é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mais.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Talvez mais, e muito bem guardada - não sou, não tenho a sua posição ideológica e respeito-a totalmente - por uma pessoa de sua posição ideológica. Como é o nome do curador do Fundo de Garantias? É um deles.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Douglas, representante da CUT no Conselho Curador.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Veja bem: representante do Meneguelli. Douglas?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Acho que é Douglas Bravo, mas posso estar enganado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Senador depois poderá saber o nome dele, ou eu poderei perguntar no gabinete do Senador. Esse homem é de uma correção total e vinha há anos lutando para que isso não ocorresse; assim como lutou o Presidente José Sarney, que não permitiu que isso ocorresse. Isso iniciou-se no Governo Collor. E pegou a obra. Pegou um tipo de empresa, que entre as empreiteiras se chama - eu não chamo, tenho respeito pelo próximo - "gabiru". Gabiru é aquele homem pequeno do Nordeste. Gabiru é empresa pequena em qualquer parte do Brasil, e dava - o senhor teve conhecimento, 68%. Esse eu não cheguei a ter. Mas subempreitava obras por 50%, com condições que só pagaria ao subempreiteiro quando recebesse do Governo. Para esse subempreiteiro do interior do Piauí, do Maranhão, era a obra da vida dele, e era possível fazer a obra por 50%. A OAS punha no bolso 50%, os outros. Dizem - eu não sei - que antes ele pagava para alguém. "Dizem", eu não tenho conhecimento. Com isso, o Brasil vem sendo lesado por algo da ordem de 9 bilhões de dólares. Os Senhores estão vendo aqui na Comissão - não estou diminuindo o trabalho da Comissão -, mas pelo que li nos jornais a somatória de cheques encontrados não chega a cem milhões de dólares. Então, estou comparando um roubo da ordem de nove bilhões de dólares contra cem milhões de dólares, com que V. Ex^{as} estão trabalhando.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, mas isso não diz respeito ao empreiteiro, isso é um negócio interno, que também deveria ser cortado. Deveria ter uma verba maior ou um pagamento melhor, sem esse caminho tortuoso de uma fundação, que não chega, como não chega água em Canapi. Muito bem! Então, tem maneira de ser cortado isso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Penso que estamos entrando, talvez, na parte substancial. Esse relato que V.S^a fez para nós é muito importante. Uma das idéias que surgiu na nossa Subcomissão é a seguinte - e inclusive queremos obter informação de V.S^a: existe alguma legislação que regule a subempreitada?



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Vou mais longe. Existe.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Por exemplo, o Poder Público tem informações sobre as subempreitadas? Sobre a transferência de uma obra? Por que uma empresa recebe para fazer por 100 e consegue que uma outra empresa faça por 50 e ela fica com esse sobrepreço em relação ao preço da obra. Existe alguma norma pública que determine esta possibilidade de subempreitar? E se não existir, V. S^a considera justo uma legislação que impeça ou que dificulte esse processo ou então que regule esse processo a partir do controle público?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Senhor fez três perguntas numa só. Se o Senhor me permitir dividir em três partes eu lhe respondo as três perguntas.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.

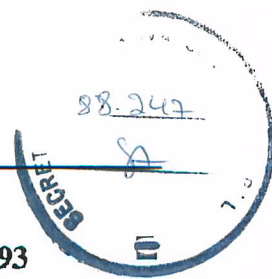
O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Existe, principalmente existia, no Decreto-Lei 2.300 não é permitido a subcontratação. O normal da subcontratação varia entre 10 e 15%, que é o que planta grama, que abre vala, que pinta aquela faixa branca na estrada, que o empreiteiro maior não faz. Não é o caso da OAS. Dentro do Decreto-Lei - eu sou ruim, precisava de um advogado aqui comigo - não é permitido esse tipo de subcontratação.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Não é permitido?.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Eu não sei, aqui tem um livrinho feito pelo Pedro Simon, do Senado, que compara a 2.300 com a 8.666. Então você vendo o que tinha numa e que não tinha na outra, é um trabalho muito bem feito pelo gabinete do Senador Pedro Simon. Muito bem, é criminoso isso. Primeiro é ilegal, só é possível anular. Agora não será da maneira que eu li num pedido de um Deputado, com muito boa-vontade, pedindo ao Tribunal de Contas da União para que o Tribunal de Contas da União mandasse ao SISETE, para que o SISETE fizesse a pergunta a cada empreiteira. Não, assim os Senhores não chegam a lugar algum mesmo que trabalhem mais 30 anos aqui nessa Comissão. A maneira de chegar, a rápida, a direta é a seguinte: o Senhor convoca - e sou o primeiro a me oferecer - o empreiteiro. No bojo, vem essa firma que não é empreiteira. E o empreiteiro é obrigado a apresentar sua lista de contratos dos últimos cinco anos. Eu até poderia organizar, caso os Senhores desejem uma colaboração técnica, como fazer essa listagem desde a data da concorrência, a data da assinatura da concorrência, valor em UFIR ou dólar comercial, que prefeitura, se foi do Fundo de Garantia ou não? Agora onde está a coisa mais fantástica, o verdadeiro crime está no seguinte: emissão de emendas. Essa obra dada pelo IBAS cujo cofre era guardado pela Caixa Econômica, com esse preço terrível, claro que não completa a obra. Certo? Pagando o dobro, é claro que não vai completar. Daí vão numa emenda e enfiam essa emenda para dentro da obra que saiu do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E isso é alimentado um ano, dois, três, quatro, cinco anos. Agora já existe na lei e a cada cinco anos morre a obra. O Tribunal de Contas da União também é um pouco confuso a respeito desse assunto. Porque o tempo em que esteve parada a obra, conta, não conta, vale, não vale, precisava ser uma coisa certa. Cinco anos, parou, não parou, é resilido o contrato e aberta uma nova concorrência.

Também tem uma mistura - já falei do Fundo de Serviço com as emendas, que também pode ser preparado aqui no Orçamento - o Orçamento não diz respeito aos Srs. Deputados - e que é alimentado pela emenda.

Então, essa empresa deve ter uma prateleira ou um armário com mais ou menos 800 contratos. Tenho quatro. Tem que haver uma diferença entre a minha empresa e uma empresa que não é empreiteira, uma empresa que não é... uma empresa que não faz a obra, subemprega um pobre desgraçado do interior e fica com 50% no bolso. E não sabemos se esse dinheiro fica no Brasil, porque, ainda se ficasse no Brasil -



não estou justificando o roubo -, poder-se-ia dizer: Bom, o dinheiro ficou no País. Mas o dinheiro não ficou no País.

Alguém me fez essa pergunta, mas a fez especificamente, e eu a respondi especificamente. Essa empresa, ao invés de usar a tal dita "nota fria" ou de aumentar aquela despesa, sendo capaz de tudo, faz uma outra coisa: falsifica balanços. Então, esse balanço de 31 de janeiro do ano seguinte é totalmente "frio", como se diz na gíria. O que eu fiz? Só que eles fazem por trás. Consegui tanto do DNER, como de uma companhia elétrica de São Paulo, os recebimentos - que aqui estão, dessas empresas com as obras.

Mas os senhores teriam isso muito mais rapidamente em seguida à pág. 109. Essa relação vem da pág. 29 até a pág. 107; não sei por que não tinha a pág. 108 aqui. Eles foram ainda obrigados a indicar as suas empresas subsidiárias à pág. 109. Está aqui: Se a Comissão de Orçamento pedir a cada empresa - escolhe por amostragem -, peço e sentir-me-ei imensamente feliz se minha empresa for uma delas. Por favor, só para não ter holofotes em cima de mim, põe a minha empresa no terceiro ou quarto lugar, não no primeiro.

Os senhores teriam, em muito pouco tempo, uma amostragem - a melhor possível - de onde está a corrupção, sem ficar pedindo para a Caixa Econômica Federal. O Senador Eduardo Suplicy tende a ficar cego de tanto ler letrinha miúda de computador, passada em xerox; tem que ser uma coisa clara, aberta, onde seja possível ler.

Quando uso, Deputado, a OAS e não uso nenhum outro empreiteiro, é por que esses dois senhores, o Sr. César Mata Pires e o Sr. José Suarez não são empreiteiros. Tenho orgulho de ser empreiteiro. Conheço a corrupção e muito. Já estive "cara a cara" com a corrupção aberta, com "o cara querendo me arrancar 8 milhões de dólares do bolso". Isso foi em 1971, há vinte e poucos anos atrás, e eu não lhe dei esse dinheiro. Fiquei um mês e meio até ele ser deposto do Governo do Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sr. Presidente, peço licença à Mesa para me pronunciar, porque penso que este é um assunto importante.

A expressão que V. S^a usou, "kit-corrupção", não está sendo muito útil, porque identificamos, nos materiais apreendidos na casa do Diretor da Odebrecht, um claro exemplo disso também. O que nos foi explicado posteriormente é que o projeto, que é feito, é um projeto padrão. Isso é um crime.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O mesmo erro de português existe no Oiapoque e no Chuí. Tenho a comprovação disso.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Isso é um crime, porque não se faz um projeto para abastecimento de água de uma cidade com um projeto padrão. Trata-se de um projeto caro, que requer pesquisa, medição.

A contribuição de V. S^a pode ser muito rica, pois apontou um caminho e agora complementa com outro. Inclusive, eu pediria que a nossa subcomissão fizesse uma diligência para apurar justamente as empresas auxiliares aqui listadas, fazer um exame disso, de quanto foi pago e qual o custo da obra. O outro crime que V. S^a citou é o caso da obra que não é completada, que não é feita a partir de um estudo técnico.

Então, eu queria dizer ao Presidente desta subcomissão que esse exemplo do kit identificamos também em outras situações.

Gostaria de aprofundar-me em outro assunto, sobre o que V. S^a poderia nos dar a sua contribuição, demonstrando essa ligação entre empresa e Orçamento. Citarei um exemplo a V. S^a, talvez para ilustrar a pesquisa que V. S^a vem fazendo em relação à OAS: o caso do STJ. V. S^a deve ter lido nos jornais ...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Li, na Veja.



O SR. SÉRGIO MIRANDA - Na Veja. O que nos espantou quanto a essa obra foi que o mesmo Deputado que fez a primeira emenda dá continuidade, nos anos posteriores, a essas emendas. Denúncia essa sobre a qual, inclusive, o Tribunal fará agora uma auditoria, para verificar se houve superfaturamento, como tudo indica. V. S^a tem algum indício - pois considero que sua contribuição tem sido muito útil para nós, é um depoimento sincero...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu jurei.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - É um depoimento sincero. O que explica esse poder da OAS? Porque identificamos, no caso do Amazonas - e isso foi provado pela CPI - o seguinte: por intermédio de um parlamentar, uma empresa da Bahia solicita ao governador lhe seja entregue a obra, alegando ter como conseguir dinheiro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É o kit de corrupção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Exatamente. A empresa, assim, conseguiu, e o filho do Governador, em uma declaração pública, disse que não houve licitação porque foi a tal empresa que conseguiu o dinheiro, que comprovou. Isso é um absurdo. Por lei, pelo montante de verba a ser utilizado, era obrigado que houvesse licitação; todavia, arranjaram um artifício, qual seja a alegação de que se tratava de uma necessidade urgente, e o filho do Governador reconhece publicamente que não houve licitação porque aquela empresa conseguiu o dinheiro. Nesse caso temos um intermediário, que conseguiu que aquela empresa fosse ao Governador, o parlamentar.

Pelo montante de obras que a OAS consegue - em torno de 800 obras...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Oitocentos é o número arredondado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Ela deve ter algum poder.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu lhe digo onde está esse poder. Até o final do Governo Sarney, essa situação se comportava sempre com um certo equilíbrio. Com a entrada imperial do Governo Collor - primeiro era Deus que escolhia quem seria rico ou pobre; depois passou a ser um alagoano, e escolheu um baiano.

Tive vontade de dar risada desse meu indiciamento na Polícia Federal quando se afirmou que eu dei dinheiro para a OAS. Se fizeram o levantamento que a Aeronáutica guarda há não sei quantos anos, devem ter verificado que não fui visitado no Paraná - onde eu morava, agora moro em São Paulo -, uma única vez pelo Sr. Paulo César Farias. Agora, quantas vezes desceu o avião em Salvador.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - (inaudível)...quer dizer que o PC deu o dinheiro para a OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. No começo?

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Estava querendo dizer...(inaudível).

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não entendi Senador, desculpe. Não prestei atenção.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - V. S^a mencionou há pouco - só para registro - que estaria indiciado, porque teria sido dito pela Polícia Federal que V. S^a teria dado dinheiro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Um elemento da OAS disse - está aí, entreguei ao Sr. Presidente - fez declarações que dei dinheiro ao Sr. Paulo César Farias para prejudicar a OAS. Foi por isso que fui indiciado.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Eu queria agradecer, pedir desculpas à Mesa por que...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A sua pergunta ainda tem pedaços, se me permitir!

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Pois não.



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O Deputado está um pouco... respondo a todas. Deputado.

Deputado, não estou aqui para ensinar ninguém, mas como eu conhecia a corrupção face a face, conheço os mentirosos também. Tenho dois jornais aqui, um de ontem, onde saiu o PC na capa. Em São Paulo são muito próximos os Municípios de Guarulhos e Mauá. Tempos atrás, até esse Deputado Pietá me telefonou. Aqui tem um exemplo formidável que demonstra exatamente o que estou falando.

Hoje, pela manhã, chegou um fax para mim: empreiteiras - aí que é duro, poderia pôr empreiteira, que não é empreiteira - forjaram faturas de obras. Tem mais um caso que está sendo examinado e, até o final da tarde, eu entregaria o material ao Sr. Presidente para que seja feita uma investigação mais rápida possível, e assim pegar o ladrão "com a boca na botija". Aqui está Brasília, duas faturas emitidas pela COESA. COESA é uma empresa pertencente à OAS, no Município de Granja, no Ceará.

Lá foram classificadas, pelo Tribunal de Contas da União, como forjadas. Então fatura forjada é roubo. A pessoa não fez a obra e levou o dinheiro. Isso é um exemplo que a Comissão rapidamente pode investigar. Tenho exemplo, Deputado, que é uma pena não estar com ele agora, mas até o final da tarde eu o terei em mãos, é em Pernambuco. É de uma obra que já recebeu todo o pagamento, uma estrada de rodagem, porém não foi feita, e estão colocando centenas de tratores para completar a obra. Ela já foi paga e não foi feita.

Isso hoje, não estou contando um caso do século passado. Hoje, eles estão fazendo isso, Deputado...

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Sabe qual é a obra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Mas é isso que eu disse. Isso é muito desagradável.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Essa questão de estradas em Pernambuco está sendo motivo de investigação da CPI.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ótimo. Eu lhe digo à tarde para não lhe dizer uma inverdade perante a Comissão.

Sr. Deputado, acho que os senhores têm tudo nas mãos para melhorar o País. Então, convoquem a minha empresa, quer aqui, quer na CPI. Peçam a minha empresa para lhes fornecer a minha contabilidade, é na contabilidade que está tudo, porque eles não vão ter maneira de fugir, tenho o recibo da Empresa GABIRU, o quanto pagou, que demonstra se foi 50% como estou dizendo ou 68% como o senhor falou.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - 62%

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sessenta e dois por cento, 68 é o que sobra. Então, eu queria também fazer a entrega, isto é, dizer sobre a maneira de roubar Imposto de Renda. Ali está um técnico formidável, o Deputado Luiz Carlos Hauly, do Paraná. A maneira de roubar Imposto de Renda é fazer mais um balanço do dia 31. Deputado, se for verdadeiro o que eu estou falando...

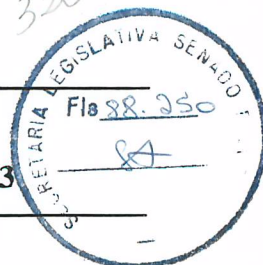
(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Uma empresa, como todas as empresas... De 500 empresas, 499 fazem assim - está na revista que entreguei ao Sr. Presidente -: fazem o balanço no dia 31 de dezembro do ano em curso. Quando a mesma empresa faz um novo balanço em 31 de janeiro jogando 400 milhões ou 500 milhões em obras, o que essa empresa está fazendo?

Sr. Deputado, perguntaria a V. Ex^a, que é um ilustre Deputado conhecedor do assunto, o que essa empresa está fazendo? Está sonegando. Não é possível que em um mês - o Brasil pobre como está - faturar 500 milhões de dólares. Se



02/12/93



forem os números que estou dando...Os números estão aqui e os entrego ao Sr. Presidente da Comissão.

Não se está roubando o Imposto de Renda? Está roubando mesmo.

O SR. SÉRGIO MIRANDA - Já encerrei. O Deputado Maurício Najar tem outras perguntas a fazer, que dizem respeito ao mesmo assunto, e vai nos ajudar a aprofundar o conhecimento desse **modus operandi**.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Deputado Maurício Najar, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Dr. Cecílio, realmente o seu depoimento está sendo muito importante para a nossa Subcomissão na medida em que, V. S^a, com quarenta anos de experiência no campo de obras públicas, nos transmite conhecimentos fundamentais. Inclusive propondo uma alteração na legislação sobre licitações, porque a única dúvida que tive e gostaria de abordá-la naquele momento - vou fazê-lo agora - é que a Lei nº 8.666 já aboliu a nota técnica. Está somente o menor preço. De maneira que esse decreto... Também prevê a Lei nº 8.666 que as obras iniciadas na legislação passada, sob a vigência da Lei nº 2.300, devem prosseguir ainda pela Lei nº 2.300.

Então, teria que haver...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Diz isso, Deputado?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - A nova lei diz e a Lei nº 8.666 também diz isso.

De maneira que não seria pelo caminho do decreto, mas talvez fosse necessário um projeto de lei, ou vindo do Poder Executivo, ou feito por esta Casa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Uma medida provisória?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ou medida provisória. Já existe uma medida provisória aqui, e está-se tentando fazer uma conversão, para que num sistema parlamentar, em que... Da medida provisória que veio...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Da melhor forma possível os senhores querem fazer.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O fundamental é que V. S^a nos dá uma radiografia de como opera a corrupção.

Então, gostaria de rememorar para ver se V. S^a concorda que apreendi exatamente os seus esclarecimentos.

V. S^a diz o seguinte: normalmente a obra vem com o dobro do preço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Para esta empresa: OÁS. Não estou acusando nenhum colega meu. Esses senhores não são meus colegas.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas vamos ponderar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Os outros não fazem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas, não é questão disso.

Estou lá no Executivo. Acabamos de ouvir de V. S^a que há um preço-base, que vai do Oiapoque ao Chuí. Se há um preço-base, não temos como dizer...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Deputado, não falei preço-base. V. Ex^a me permite...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Falou em projeto básico.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Falei em projeto básico, em que até os erros de Português se repetiam.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Exato. E o custo também não é um custo básico?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O custo varia na vontade do Sr. César Mata Pires e Carlos Suarez.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, vamos admitir: o Executivo é que superfaturava essa obra, colocando o dobro do valor real? Teria que ser porque...



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu lhe respondo. Não estou aqui... Estou muito feliz de estar aqui, não sou dedo-duro, não falei de nenhum parlamentar, não falei de nenhum colega meu. Estou falando e dando exemplo como paradigma da corrupção do País, de um negócio, é que os senhores estão levantando 150 milhões de dólares. Estou dando a boca, ou melhor, o ralo - perdoem-me a expressão - do sangue do povo brasileiro de 9 bilhões de dólares. Aí que está a importância da coisa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Faltou ainda um.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A resposta é... O senhor perguntou. É boa a pergunta. Claro que tem que haver convivência do Poder Executivo.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Poder Executivo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - ...Do Poder Executivo, claro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É. Isso antes de liberação de verba, antes do processo licitatório, eles têm um preço base também que é colocado em licitação. Agora, essa cronologia que V. S^a nos esclareceu da corrupção, que vai lá na ponta da corda, aonde é oferecida a obra, aonde há o compromisso de liberação do recurso, e que depois chega no Poder Executivo, ou na Caixa Econômica, ou no Ministério do Bem-Estar Social, e realmente liberam esses recursos...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Não falei em Ministério do Bem-Estar Social. Falei Ministério de...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Ação Social.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ação Social.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É. Hoje chama-se Ministério do Bem-Estar Social.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Perdão.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - E é o mesmo Ministério.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, senhor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, foi essa cronologia que achei muito interessante. V. S^a admite que é prerrogativa exclusiva da OAS? Nenhuma outra empreiteira adota esse sistema?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Deputado, eu não quero - já fui chamado a atenção duas vezes - que o senhor encare minha resposta como uma resposta grosseira ou mal-educada. O senhor tem obrigação de convocar cada empreiteiro aqui. Ele que diga. O meu relacionamento com esses empreiteiros - que são empreiteiros - é um relacionamento social.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É que V. S^a...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Agora, se eles se encontram...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - ...e isso vai a título de elogio, nós temos absoluta certeza de que não vamos encontrar tanta sinceridade como estamos encontrando...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Consegue. Se os senhores pegarem um paradigma da corrupção no Brasil e quiserem estancar esse ralo de US\$9 milhões...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É nove bilhões?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bi, bi de Brasil, bilhões. Não estamos falando em cento e cinquenta e cinco de cheques. É bilhões.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Olha, o que eu gostaria de esclarecer - também o nobre Deputado gostaria de fazer indagações, vou procurar ser mais breve - nós tomamos conhecimento, através de centenas e centenas de documentos que foram apreendidos, de conhecimento público, de que existia um esquema de empreiteiras neste País, que se revezavam nas liberações das verbas e na utilização das verbas públicas; e a documentação apreendida faz referência a um grupo de empreiteiras que se



beneficiariam de praticamente todas as verbas deste País. Dentre elas, está incluído o nome da empresa de V. S^a, a C.R. Almeida.

Então, eu gostaria de saber, abstraindo a sua empresa, que V. S^a deixou claro...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não da minha empresa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Mas eu gostaria de saber como V. S^a interpreta essa documentação encontrada na Odebrecht, que fala nas demais congêneres, todas elas direcionadas a conseguir praticamente todas as verbas, todas as obras e arrolando as propinas que eram dadas no Executivo, no Parlamento e até na última ponta da corda, que era na execução?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, eu lhe respondo. Eu ia pedir, no final desta reunião, permissão ao Sr. Presidente... tenho a maior admiração pelo Senador José Paulo Bisol, que sofreu tanto na eleição passada, ele está entrando em algo totalmente errado e o pior é que se tornou histérico. Isso que está aqui no jornal - "CPI descobre esquema dos corruptores" - nada mais é, nada menos é do que um organograma na Odebrecht. É um negócio - sem ofensa, gosto muito da Bahia - é uma baianice. O cara escreve um livro sobre isso. Mande buscar o livro hoje. Um livro. Isso aqui não está dizendo que são os empreiteiros. Eu não sabia nada quando fui convidado anteontem pelo nobre Deputado Sigmaringa Seixas. Nada, absolutamente nada! Estou aqui de alma lavada. Foi o Senador Eduardo Suplicy que me mostrou uma simples lista com nomes de empresas, um fax e um contato. Aliás, o nome não está inteiro. Posso dar o nome inteiro da minha firma. Das outras eu não sei.

Então, isso é - como é que eu posso dizer - uma ilação do nobre Senador José Paulo Bisol - sei que ele vai ficar com raiva, mas não faz mal -, é uma ilação; é ridículo querer atribuir esse organograma de corrupção a empreiteiras! Esse é o organograma da OAS, desculpe, da Norberto Odebrecht. Está errado.

Eu tomaria cuidado de, em dois ou três dias, fazer um exame mais profundo, chamando pessoas...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a até nos esclareceu que este é o organograma da Empresa Odebrecht, que não tem nada que ver com o problema da corrupção, mas os documentos que chegaram ao conhecimento desta Subcomissão implicam, efetivamente, outras empreiteiras. Há um grande esquema nacional que ultrapassa a OAS, não fora, além da OAS, inclusive com subempreitadas. Senão, teríamos que admitir que só a OAS é que repassa por subempreitada, quando V. S^a mesmo admitiu que, hoje, faz quatro subempreitadas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, não admiti isso. Há um engano.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu entendi que V. S^a falou que está fazendo obras de subempreitadas hoje.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ah, também estou fazendo. Perfeito, Deputado, não disse quatro. Quando falei quatro, eram as quatro obras que eu tive no Governo Collor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim, mas V. S^a também admite que sua empresa faz subempreitadas. Então, o que eu gostaria de saber - sei que V. S^a já falou bastante da OAS, conhecemos desde as várias entrevistas que V. S^a concedeu sobre a OAS, a nós não importa saber quais as razões que existem entre esses dois diretores ou proprietários...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, é só o combate à corrupção.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - O que gostaríamos de saber, para que não ficassemos aqui aceitando que a corrupção existia ou existe apenas numa empresa:



02/12/93



admite V. S^a - não quero que decline nomes - que há uma certa estrutura de empreiteiras na mesma direção da OAS, também superfaturando obras, também subempreitando a custos e a lucros acima dos normais, em prejuízo do Poder Público?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Deputado, o senhor me permita, por favor, eu procurei dar à Comissão o caminho de como ter tudo isso em mãos rapidamente; procurei fazer isso. Cabe aos senhores chamar o Sr. Emílio Odebrecht ou quem for - pena que o Senador tenha saído. Quero lhe dizer onde está meu nome - deixa o Senador entrar e lhe mostro a folha - parece uma brincadeira, uniram tudo isso da dita corrupção, não sou eu que estou dizendo, quem está dizendo é o jornal ou quem declarou ao jornal, da Odebrecht, e a ligação que existe entre minha empresa e esse sistema...

Senador, o senhor faria um favor para mim?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Aquela listinha que o senhor me mostrou, aquela dos empreiteiros que tinha o meu nome.

Deputado, é triste ter uma simples lista não assinada e só com um nome, há um nome aqui: C.R. Almeida S.A., e o representante é o Marcelino. Isso é conhecido, a pessoa em Brasília que trabalha para a minha empresa é um jovem de 32 anos, chamada Marcelino. Agora, unir tudo isso a um papel assim é que eu não entendo; simplesmente, não entendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Para colaborar, Deputado Maurício Najar, dentre os documentos que constam do relatório do Senador José Paulo Bisol, referente à pergunta que V. Ex^a está fazendo, há uma referência no Anexo 1. Vou ler para completar sua própria pergunta, se me permite.

Anexo 1:

"Agenda de uma reunião ocorrida em 22/9/92, entre o Sr. Aílton Reis e diversos "lobistas", onde se definem ações para apresentação de emendas ao Orçamento-Geral da União para 1993.

Considerações gerais:

Trata-se de agenda da reunião do funcionário da Odebrecht, mas que se reporta a uma atividade supra-empresarial.

Pontos importantes:

a - Existência e forma de ação da sociedade. É declarada a existência da organização e seu caráter secreto. As ações dos lobistas da organização secreta não devem ser isoladas.

b - Estrutura, administração e relacionamentos.

c - Relacionamentos com governantes, parlamentares e funcionários influentes. As páginas 3 e 4 deste anexo trazem uma lista em que se relaciona, para cada lobista, um conjunto de parlamentares.

d - Relacionamento entre empreiteiras. A página 2 do documento traz uma relação de grandes empreiteiras.

3º - Estratégia de ação junto ao processo de elaboração orçamentária. São definidos os relacionamentos lobista-parlamentar, para atuação na apresentação de emendas ao OGU para 1993.

Reunião em Brasília, os presentes.

Assuntos: não devem ser feitas ações isoladas; evitar, a todo custo, expor clientes e a organização; tentar posições negociadas junto ao OGU.

Depois, vem esta lista:

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Seriam os representados e presentes?



02/12/93



O SR. EDUARDO SUPPLY - O nome da empresa, por exemplo, Andrade Gutierrez, o número do fax, representante - Alfredo Moreira; e assim por diante. Quando chega a CR Almeida, 225-4771, Marcelino.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, ele participou dessa reunião?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não participou dessa reunião.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - De acordo com a ata.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Na verdade, dentre os presentes na reunião do dia 22 de setembro de 1992, há diversos nomes e não se menciona Marcelino. Mas existe uma possível lista de contatos em cada empresa.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu agradeço.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Com estes elementos V. Ex^a...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Eu não gostaria de saber se a empresa CR Almeida...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor tem, aqui no jornal... O senhor não me deu acesso a nada, mostrou-me só esta página...é um trabalho seu...

O SR. EDUARDO SUPPLY - É um trabalho do Senador José Paulo Bisol.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Então, deixe-me fazer um alerta, permita-me. É para ajudar e não para atrapalhar. O que está aqui é uma extrema besteira, achei estúpido. Está aqui o livro publicado pelo Norberto Odebrecht, isso é a organização dele. Gosto muito do povo da Bahia, não tenho nada contra a Bahia, passo o fim-de-semana lá, mas isso é uma baianice. O "cara" escreve um livro desta grossura para chamar gerente de líder de empresa. É um absurdo! Empreiteira não tem nada disso. Tenho o meu gerente, o meu diretor, tenho isso, tenho aquilo.

Não pode fazer um casamento - depende de como estão os papéis, como foram encontrados - um casamento de dizer que houve uma reunião no dia tal de tal ano, não sei o quê, e tem uma baboseira de baiano, dizendo que quer alcançar isso e aquilo.

Veja bem, Senador, estou procurando ajudar, não estou procurando tumultuar nada. Quando dizem "líder", não sou eu, não é um engenheiro, um empreiteiro meu, é da empresa dele, Senador. V. Ex^a tem de perguntar a ele.

Agora, ele ter - permita-me só mais esta observação -uma lista de empreiteiros... eu tenho. Se V. Ex^a for a minha empresa, encontrará 50 empreiteiras com patrimônio líquido, lucro ou prejuízo, pois ficamos comparando que área está dando dinheiro. Não quer dizer que eu esteja com ele.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. S^a há de admitir que o documento encontrado faz referência a uma reunião secreta e que as empreiteiras estão presentes através de seus representantes e com objetivos muito claros.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Os objetivos, para mim, são claríssimos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Por isso estou querendo saber. V. S^a já nos ajudou bastante, deu um cronograma,...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Posso ajudar muito mais.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - ...abriu-nos avenidas para nossa investigação, falou-nos do problema das licitações e de como é agenciado, através dessas prefeituras; são colocadas à disposição verbas que depois eles vêm liberar aqui, mas já todo mundo conluiado. Falou no kit da corrupção, em todo o sistema de cronograma, nas subempreitadas como forma até de termos condições de comprovar como pode uma empresa ganhar 50 ou 40% sem investir um centavo. Acrescenta e ganha a concorrência.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sem ter trator. Sem ter nada.



O SR. MAURÍCIO NAJAR - Isso significa o seguinte: é a prova evidente e cabal do superfaturamento. É prova cabal do superfaturamento.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Superfaturamento e intermediação.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É claro, porque ninguém consegue subempreitar uma obra, para o subempreiteiro também ganhar, ele ganhar 50%, que essa obra não esteja dando um lucro, o dobro do que o poder público deveria pagar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O povo está pagando o dobro.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Está pagando o dobro.

Então, V.S^a está-nos ajudando. Só estou querendo saber de V. Ex^a - não precisa declinar o nome - se há, ou não, possibilidade de outras empresas também estarem participando ou se é a OAS que é a grande... Se é exclusivamente ela. Só isso.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo às claras. Nossa empresa era bastante poderosa. V. Ex^{as} deviam ler no **Diário Oficial** o que digo a respeito da corrupção, publicar no **Diário Oficial**. Deviam.

Não compartilhei. No Governo Collor, tenho 4 obras, certo? Isso que V. Ex^a quer saber de outras empreiteiras... não fui convidado. Alguma coisa que está furada. Se tenho 4, eles têm 800. Se aparece, agora 40 ou 41 quilos de documentos, V. Ex^a tem que chamar a Odebrecht e perguntar a ela.

Eu não sei, não me interessei em saber o que a Odebrecht fazia ou deixava de fazer, o que o Sr. Sebastião Camargo fazia ou deixava de fazer. Vi que havia alguma coisa errada e que era possível modificar isso no País. Via a OAS. Eu me especializei totalmente porque vi onde estava o grande rombo: na OAS.

Permite-me só uma coisa, Deputado? Falei no Orçamento, nas emendas, no Fundo de Garantia. Faltou uma coisa importantíssima: fundos de pensão. Vamos pegar o fundo de pensão, que é dinheiro do povo também. É possível que uma empresa tome dinheiro emprestado do fundo de pensão baratinho, com juros ridículos, construa um **shopping** e depois venda o mesmo **shopping** para o fundo de pensão pelo dobro? Tem alguma coisa errada. É muito dinheiro, mas muito dinheiro!

Não tenho um centavo. É a mesma coisa que V. Ex^a me perguntar se eu poderia explicar o fundo de pensão. Não tenho um centavo tomado do fundo de pensão. Não construí um único **shopping center**. Não tenho resposta. Não estou driblando, não estou esquivando da pergunta; só estou pedindo a V. Ex^a uma coisa que é de uma simplicidade extrema. Ponho-me à disposição de V. Ex^{as}, a qualquer hora, estou a fim disso, para desmontar esse esquema de corrupção. Porém dizer - sei que "está na cara", parece que o Odebrecht fez... V. Ex^a tem que perguntar a ele; não a mim. Depois V. Ex^a convoca aqui - veja bem - a OAS. Ela tem direito a repelir o que estou dizendo.

Estou no jornal. Eu me sinto muito feliz, hoje, aqui pelo seguinte: estou no jornal como um psicopata com uma metralhadora giratória. Assim é que estão me colocando. Eu não tenho absolutamente nada de psicopata. Estou de bem com a vida, não estou com metralhadora giratória. Dei uma de anjo. Simplesmente respondi o que me era perguntado. Ele vem debochando no jornal, ainda não dei a resposta, mas vou dar. Um Governador do Paraná, realmente era um ladrão. Não posso dizer de outra forma, era. Foi posto para fora do governo pelo Garrastazu Médici. Aí falei em dois coronéis que falsificaram documentos. Realmente os coronéis, nos tempos da Revolução, senão dá a impressão que é única e exclusivamente o Parlamento que está fazendo isso, que agora são os puros e o Parlamento não presta. Agora, falei sim: esses coronéis falsificaram documentos para não me pagar. Quanto a cada caso que eu disse no jornal - depois, o senhor vai ver minha carta ao jornal -, assumo total responsabilidade. Estou sendo processado por ele - veja só o aspecto -; o Senador José



Paulo Bisol disse que foram longe demais, e depois tapeavam a população com processos.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - V. Ex^a disse também que está sendo processado porque teria dado uma ajuda financeira para a campanha do Collor.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Processado pela OAS. Eles fugiram da calúnia, estão na difamação e na injúria. Atualmente, estou sendo processado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Aproveitando esse fato, V. S^a disse que ajudou a campanha de Collor.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ajudei.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi com setecentos mil dólares?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Deixe-me dizer a V. Ex^a, porque tem dois números que não conheço exatamente; 164 milhões de cruzeiros representavam grosseiramente - posso estar errando por 5% - setecentos mil dólares, na data em que foi dado. Não sei a data. Depois, mostraram-me um milhão de cruzeiro e seis milhões de cruzeiros, dia 1º de dezembro de 1989 - o Collor já era Presidente eleito - e 15 de dezembro de 1989. A soma dessas duas importâncias deve ser um negócio como trezentos mil dólares.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Agora, qual a razão de V. S^a ajudar na campanha do Collor, depois que ele já estava eleito? V. S^a acabou de dizer que deu o dinheiro em 15 de dezembro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. O senhor é Deputado e faz campanha.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Faço. Penosamente.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Penosamente. Após a campanha, sobra - foi assim que me foi dito - um saldo, rescaldo de campanha - disseram-me -; é verdade isso?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Para muita gente, sobra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Rescaldo, o senhor ainda é devedor.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Dívidas?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Dívidas após a campanha.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Foi por esse fato que foi pedido.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Então, essa segunda parte foi para cobrir despesas de campanha.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Foi alegado que...

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Foi só ao candidato Collor que o senhor ajudou?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No primeiro turno, eu não estava no Brasil. No segundo turno, era o Lula - que é meio criancinha - e o Collor; 35 milhões de brasileiros acreditaram no Collor e acreditei também. Arrependo-me profundamente, mas acreditei. Não vou dizer que não acreditei; jovem, com aquela camisa bonita, fazendo esporte. Foi um erro meu. Agora, deixe-me dizer uma coisa, Deputado, por favor. Não é crime, não é ilegal; o crime que havia é de ordem eleitoral e poderia ter sido um crime de ordem tributária-fiscal, mas, como paguei o Imposto de Renda, não é crime.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - É. Não há crime, mas há uma ilegalidade. Na época, era proibido à empresa ajudar partido político.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, senhor. Há um engano seu.



O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não há.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Há um engano seu.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Não há.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Veja bem: sou dono do meu dinheiro, ponho-o onde quiser, desde que pague o Imposto de Renda.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Não é bem assim. O financiamento de campanha para a pessoa jurídica era proibido; hoje é que está sendo permitido. Na época, era proibido. O que não é crime, não há atipicidade, quer dizer, não foi delimitado como crime essa atuação. Mas há uma ilegalidade.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, meu advogado disse que não era. Mas, o senhor dizendo que era, acredito no senhor. Muito bem. Se houve crime, que eu seja penalizado.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Não. Não há crime, porque não há figura criminosa. Há uma ilegalidade: empresas estavam proibidas de ajudar candidatos. Hoje, já é permitido, mas a partir deste ano.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Mas, Deputado, veja bem o que estou dizendo - e está sendo gravado -: se houve uma ilegalidade, deve haver uma penalidade; que me penalizem.

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Fico muito satisfeito e agradeço a espontaneidade com que V. S^a acedeu ao nosso convite, de vir aqui e realmente nos abrir algumas avenidas para investigação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fico muito grato. E há mais avenidas.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Permite-me apenas uma observação?

O SR. MAURÍCIO NAJAR - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY Do ponto de vista até de que o Sr. Paulo César Farias deverá comparecer à CPI, seria interessante talvez se o Dr. Cecílio respondesse o seguinte: foi o Dr. Paulo César Farias que alegou que ainda havia dívidas de campanha a saldar, conforme agora foi...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É. O Paulo César disse que houve sobras de campanha; mas ele ajudou depois da campanha, para cobrir dívidas.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O senhor explicou que ainda haveria dívidas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador, eu quero lhe ajudar. É mais fácil pegar o depoimento do Paulo César Farias, na Polícia Federal, porque ele disse e assinou; é mais fácil. Não posso responder por mentiras de terceiros; só posso responder pelo que eu faço, por mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Tem a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Sr. Coordenador, Dr. Cecílio do Rego Almeida:

Nós entendemos que as empreiteiras são indispensáveis para construir este País. O que estamos querendo é fazer multiplicar as obras que o dinheiro público tem permitido alocar para a construção, mas que tem sido feito apenas 50% ou às vezes muito menos de 50% do que poderia ser feito numa concorrência decente, honesta.

Eu perguntaria para V. S^a, objetivamente, quanto ao metrô de Brasília: houve vício na concorrência do metrô de Brasília?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Já respondi a essa pergunta, nobre Deputado, mas vou respondê-la novamente, com o maior prazer. Sou um empreiteiro do metrô de Brasília.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. S^a é subempreiteiro?



02/12/93



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, subempreiteiro.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Na concorrência houve vício?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu não estive presente à concorrência, não participei. Isso V. Ex^a levanta junto a um órgão que existe aqui em Brasília.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Eu queria saber se há superdimensionamento na obra, ou seja, uma parede de concreto com 80 cm que esteja sendo feita com 1,20 m, ou se existe algum outro ponto na estrutura própria do metrô onde esteja havendo superdimensionamento, na visão do senhor, que é engenheiro, empreiteiro, capacitado em tipos de obras semelhantes.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo também à sua pergunta: não, por um motivo; no nosso trecho, que é uma das coisas mais avançadas em matéria de metrô no mundo... Vou explicar de maneira leiga. Há uma parede de concreto pré-moldada em que, até para diminuir a quantidade de concreto, são injetadas com duas ou três tubulações de ar, porque aquilo é vazio. É um dos processos mais modernos que há no mundo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Não é superdimensionada a obra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deixe-me responder.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. S^a me respondendo que não é...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No meu trecho; nos outros não sei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ah, sim.

Dr. Cecílio, a obra está superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Também não, por um motivo: eu sei no meu pêlo; no meu pêlo eu sei que não está superfaturado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - No pêlo de V. S^a?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. No projeto normal não é zero? É zero!

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. S^a pegou pelo mesmo valor da concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Zero. Queriam me cobrar 2,5%, ou coisa assim, e V. Ex^a já deve ter notado que não sou fácil de lidar. Eu não aceitei.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, a obra não é superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, mas vou responder às perguntas de V. Ex^a na ordem. V. Ex^a não me perguntou isso; V. Ex^a me perguntou se eu estava pagando comissão como subempreiteiro para fazer a obra. Eu disse que eles me pediram 2,5%, e como não sou muito fácil de lidar, não paguei nada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Mas a obra em si está superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No meu trecho não. Quanto aos outros, não sei; não estou dizendo que os outros estão sendo superfaturados.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Eu queria colocar ainda uma questão sobre o STJ.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Permite-me auxiliar num complemento que pode ser importante?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a mencionou que quiseram cobrar 2,5%; poderia descrever como foi, quem disse que custaria 2,5%? Foi pessoa do Executivo do Distrito Federal?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Prezado Senador Eduardo Suppicy, não foi pessoa do Governo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Foi da empresa contratante?



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não; se V. Ex^a me permitir responder, eu respondo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - É usual, no mundo - chama-se **management B** - o dono da obra cobrar uma taxa que vai de 1,5% a 2,5%. Isso é usual na Itália - é ruim hoje citar a Itália - na Alemanha, na França, na Inglaterra.

Quando fiz São Simão, em 1974, com os italianos, eu tive a cobrança desta taxa feita normalmente, faturada. Isso é usual; eu é que não aceitei. Eu disse: "Eu não sou criança, não preciso de babá, sei fazer a obrar, não necessito de **management** de vocês, coisa alguma. Não pago".

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - E por que a empreiteira vencedora da licitação cedeu a obra a V. S^a, e não a fez?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu também lhe explico. Nós não tínhamos, naquele momento, todos os documentos para entrar na concorrência, se não teríamos entrado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Mas por que aquela, que ganhou, cedeu?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não foi aquela, foram aquelas.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Por que elas cederam?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fica até ruim, mas vou ter que dizer. Eu sou altamente conceituado no meio dos empreiteiros, porque eu tenho um total **low profile**, porque já tive filho seqüestrado, neto seqüestrado, já sofri quatro ou cinco atentados a minha vida; então, sou um homem que não apareço em lugar nenhum, só quando há algum compromisso com dois, três ou quatro empreiteiros é que estão chamando. Nesse aí eu não fui, Senador Suplício, eu não estava. Sou capaz de pegar meu passaporte para mostrar. Agora não pego, não tenho mais na minha contabilidade. É esse o motivo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, eles convocaram o senhor porque se sentiram incapacitados para fazer a obra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, o senhor está dizendo. Eu não disse isso. Eu disse que procurei as empreiteiras e pedi um pedaço da obra. Eu tenho escritório em Brasília. As obras que eu tinha em Brasília não eram suficientes para pagamento dessa infra-estrutura que é necessária em Brasília. O menor escritório que existe em Brasília, com firma acima de um bilhão de dólares de patrimônio líquido, é a nossa. É metade do andar, daquele prédio da OAB.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Bom, eu gostaria de ir ao STJ, para V. S^a, que tem experiência em construção civil, me orientar.

No STJ, foi feita uma concorrência em 1990, e a vencedora foi a OAS.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Ex^a me mostraria o edital?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Eu não tenho aqui o edital. Não trouxe essa documentação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Ex^a derruba isso e vai buscar o dinheiro da União, se esse edital for preço base mais nota técnica.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito bem. Eu gostaria de colocar para V. S^a o seguinte: o contrato inicial era para construção da estrutura do prédio, no valor de US\$ 49 milhões - eram 7 prédios da sede do STJ - com prazo de 360 dias para construir. Depois de 720 dias, há um certificado do CREA, que esta comissão requereu e que nós conseguimos, que atesta aquela construção.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Que atesta?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Que atesta o recebimento da obra, ou seja, um certificado de que a obra foi executada. Muito bem. Quinze dias depois, um



novo contrato de US\$ 80 milhões. Inicialmente, obra de 101.000 metros quadrados: no segundo contrato 135.000 metros quadrados...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Cento e quarenta?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Cento e trinta e cinco; é o que está registrado no CREA.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Certo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Muito bem. Já por US\$ 80 milhões, somado isso, perfaz US\$ 130 milhões e alguma coisa. A OAS já recebeu, até hoje, US\$ 156 milhões; parte da obra ainda está na estrutura, recebida há 2 anos como pronta, e a obra ainda está em fase de construção - poderíamos dizer que está na fase de acabamento, com 60% feito. Como é essa armação, para que possamos abrir, rasgar essa cortina e enxergar lá dentro? O que está acontecendo nessa obra do STJ, com a previsão orçamentária, para o ano que vem, de mais US\$ 54 milhões?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Se eu estivesse no lugar de V. Ex^a, se fosse um deputado, eu requereria, desde o edital de concorrência, para ver se houve edital...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Já foi requerido por esta subcomissão, pelo Deputado Sigmaringa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Requeri edital e tudo, e a documentação da concorrência propriamente dita, para ver quantos entraram. Realmente, não sei nada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Quanto fica o metro quadrado de uma obra de um "prédio inteligente", no Brasil, hoje, com acabamento fino?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pelos números que li é bastante alto; pelos números. Não sei se é verdadeiro. Gostaria de ter uma obra desse tipo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Dá pra fazer pela metade do preço, US\$ 800 o metro quadrado? Um obra, um "prédio inteligente"?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei se dá para fazer por isso ou por aquilo. Eu disse que, ao ler a reportagem num jornal, tive vontade de ter uma obra assim. Não estou dizendo que por US\$ 800, US\$ 900...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. S^a não tem condições de avaliar sem ter os dados técnicos? Não tem como avaliar em função de não ter os dados técnicos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Exato. Seria... Não sei agir assim, sou engenheiro, sou um cubo. Se V. Ex^a me der o projeto, o contrato, daí sei analisar.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Dr. Cecílio, V. S^a já participou de alguma concorrência com preço base?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Já.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - V. S^a sabia que aquela concorrência era irregular, mas tinha de fazê-lo sob pena de ficar fora do processo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Era totalmente ilegal e nula de pleno direito. Já participei. É aquela do homem gordo, suado.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Do INCRA?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Perfeito. Aquela obra estava superfaturada, Dr. Cecílio.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei. Foi a obra que o governo me deu como bom preço. Veio com preço base, 10% acima, 10% abaixo. Entrei com 10% abaixo e....

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Ganhou na nota.



02/12/93



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ganhei a obra. Sem ter que pagar nada a ninguém.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Essa obra é no Maranhão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - No Maranhão, sim Senhor. Vou mais longe um pouquinho. A OAS tinha oito; mudou o cronograma de pagamento, ninguém recebeu nada, só ela recebeu. E até hoje esse senhor, chamado Russo, que não faz nada, absolutamente nada, só pequenas sindicâncias em inquérito, que vai de ônibus para a repartição pública, invés de pegar logo isso e tornar nula e mandar os processos para o Procurador-Geral da República, só fica fazendo pose no jornal, dizendo e ameaçando que vai fazer isso e aquilo. Ele não devia fazer dessa maneira, devia mandar logo anular.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O inquérito feito pelo INCRA - porque a OAS venho denunciando a três anos. Quem descobriu a questão do STJ fui eu, buscando recursos que a OAS havia recebido. Identifiquei esses volumes enormes da OAS, recebidos do STJ. Daí, comecei uma investigação e que vamos a fundo nisso. A Subcomissão tem dado respaldo para busca dessa documentação e vamos chegar. Mas, as obras construídas por V. S^a no INCRA... em 85, em 86, setembro de 86, outubro de 86, V. S^a fez contratos para construção no Mato Grosso, depois em 88, em Rondônia, no Acre, e as obras, os custos médios das obras naquele período de 85 a 89, construções de estradas vicinais, estradas alimentadoras do INCRA, tiveram o preço médio de US\$ 8 mil.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A obra que V. S^a pegou agora, nessa concorrência do INCRA, em 91, em junho de 91, teve um preço médio de US\$ 40 mil, US\$ 41 mil, para todas as empreiteiras, não foi só para V. S^a.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, vamos dizer que seja.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - De US\$ 8 mil, preço médio, para 41...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Cinco vezes. Cinco vezes oito, quarenta.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Quinhentos por cento. V. S^a disse que pegou por um bom preço, mas não disse se foi superfaturada. Essa obra não estava, evidentemente, superfaturada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. V. Ex^a quer que, Deputado, vendo, eu com três obras, essa foi a quarta, certo, que peguei...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Se o preço fosse livre, se não houvesse preço básico, o senhor ainda poderia ter feito essa obra pela metade do preço que o senhor a pegou?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Acho que sim. Se os números que o senhor está me dando, que acredito serem totalmente verdadeiros, são esses, é óbvio que faria.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Por preço bem menor. Até porque o senhor fez uma obra em Mato Grosso, construção de estrada vicinal, que chegou a 2.800 dólares por quilômetro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, tome um certo cuidado...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Varia de obra...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deixe-me alertá-lo, quero ajudá-lo, não quero atrapalhá-lo. É claro que esses dois números estatísticos que o senhor deu - e que são verdadeiros - levam a crer que eu faria a obra pela metade do preço - é óbvio, eu não posso dizer que não. Não pagaram coisa alguma. Essa obra devia



02/12/93



ser anulada e devolvida aos cofres públicos a metade desse valor. Se é assim como V. Ex^a está dizendo, em vez de ter x, vou ter a metade de x. Mas iam anular as de todos.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O senhor não precisou dar nenhum ajuda ao Dr. Bruzzi? Nenhum diretor de sua empresa entrou em contato com ele para dar alguma gratificação, algum presente a alguém que tratou das licitações?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Fora o meu juramento, eu lhe dou a minha palavra de cavalheiro que não conheço esse Sr. Bruzzi.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - A ele e a outra pessoa...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Só ao "gordinha", mas o "gordinha" não levou...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - O "gordinha" o senhor só pressionou.

Pergunto: não foi dada nenhuma ajuda financeira a nenhum elemento ligado a essa concorrência?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nada.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Nada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nada. Sou tido como louco.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Estou encerrando, Sr. Presidente, mas queria só mais uma ajuda do senhor, Dr. Cecílio.

No passado, na Comissão de Orçamento, eu denunciava que os trechos de rodovias colocados variavam muito - em restauração, em construção, em duplicações, etc. Fizemos um levantamento e vimos que se poderia construir - como se está construindo hoje, em Roraima - asfalto a 100 mil dólares o quilômetro ou a 140 mil dólares o quilômetro, dependendo do trecho a ser asfaltado; o preço médio era de 120 mil dólares o quilômetro.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Esse asfalto é tratamento superficial ou é concreto betuminoso usinado a quente? Varia de um para o outro.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Não é aquela imprimação primária, não é o tratamento antipó. Acredito que seja um asfalto de boa qualidade.

No entanto, aqui, este ano, por força de um trabalho de um grupo de parlamentares, conseguimos na LDO impor que o Governo mandasse os preços unitários das obras acompanhando o Orçamento. Esse preço unitário de obras veio colocando, por exemplo, um quilômetro de asfalto a 456 mil dólares.

O Governo mandou, o Ministério do Planejamento mandou o preço das obras, diversas obras, o preço unitário de diversos setores da construção, etc.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, veja o seguinte: se é o Governo que estipula o preço, por que é o empreiteiro o responsável?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Pois é, é essa resposta que eu quero do senhor: o senhor não acha que o Governo está estimulando essa corrida, essa maracutaia e essa corrupção praticada pela OAS e outras tantas, a de buscar o dinheiro fácil, abundante, para a construção de uma obra pequena? Ou seja, 456 mil dólares para a construção de um quilômetro de estrada é o preço que o Governo coloca no Orçamento. Isso não estimula...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Coloca na concorrência, é pior ainda.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Coloca na concorrência ainda, é pior.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Se coloca no Orçamento, coloca na concorrência, o que é pior ainda.

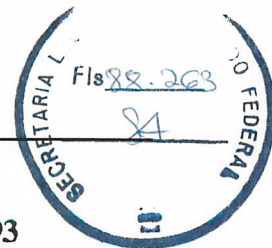
O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Então, o senhor acha que isso realmente tem estimulado esse tipo de corrupção que a OAS tem praticado?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor é de que partido?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Do PDT.



02/12/93



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Do PDT. Ótimo.

Deputado, sou um homem que trabalha há 41 anos, e não é com a velhice que vou ganhar dez mil réis roubando do Governo. Li no começo da reunião um título que grande honra me dá, atestando que em 41 anos de profissão todas as minhas obras foram perfeitas.

É muito difícil para nós, empreiteiros, como para V. Ex^{as}, Deputados, estarmos sendo enlameados, à custa dessa porcaria chamada jornal, que é necessária em um regime democrático. Pior até do que a corrupção é a incompetência. Estamos diante de um Governo incompetente e burro. É isso que está ocorrendo. Há má escolha dos nossos dirigentes.

Dá pena ver um país, em que 150 milhões de pessoas, com um território de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, poderiam ter uma melhor vida. O que vem ocorrendo, por incompetência do Governo e pela voracidade desses ladrões da OAS e de quem mais for descoberto. O que vem ocorrendo? Estamos caminhando para que esses palhaços tenham seus castelos no meio de favelas. Não consigo enxergar dessa maneira e sou um empreiteiro; vivo bem com a vida. Só tenho cara de brabo, mas não o sou. Vivo muito bem com a vida; gosto do que faço e me orgulho.

É muito simples entrar em uma comissão de concorrência e falar: fui muito bem tratado aqui e agradeço muitíssimo, Sr. Presidente. O que mais me apertou foi o Senador Suplicy, de maneira muito educada, e todos os membros. É muito fácil denegrir a figura de um empreiteiro.

Quero dizer uma coisa: sou bem mais velho que o senhor. Até 1955, até o Governo de Juscelino, este País era um arquipélago. Havia o Norte, o Nordeste, o Sudeste, o Sul, o Centro-Oeste. Foram os empreiteiros - não estou falando desse balcão de **franchising** e corrupção que é a OAS - que ligaram isso.

Hoje, estamos conseguindo entrar na China, graças à construção não nos últimos doze anos, mas anteriormente a esse período e aos 80 milhões de quilowatts que o governo chinês vai instalar na China. E um engraçadinho qualquer, de uma coluna social de terceira categoria, vem dizer que os engenheiros têm de tomar cuidado. Veja o absurdo que está ocorrendo.

Graças a esses empreiteiros, que são homens que levam para a Amazônia - depois digo o último caso - hábitos alimentares, de higiene e saúde, mudamos as cidades na forma de viver. E sermos lançados à lama, porque algum Senador encontrou erroneamente um organograma da OAS, que é uma baianice - desculpe-me, retiro -, da Norberto, que é uma baianice já escrita nesse livro há vinte anos, e vêm dizer que isso é dos empreiteiros?

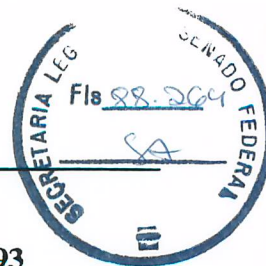
Tenho orgulho de ser empreiteiro. Quando o povo do Acre, em Rio Branco, estava passando fome e não tinha energia, foi a minha empresa que ligou, com asfalto permanente, Rondônia à cidade de Rio Branco, no Acre. Tenho orgulho de estar trabalhando na última ligação que existe, ao norte do Brasil, para Oiapoque, como tenho orgulho de dez hidrelétricas que construímos. Onde está - isso é que gostaria de saber - a vergonha disso?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Sr. Cecílio, eu queria dizer para o senhor o seguinte: nós todos entendemos a importância das empreiteiras. Sem elas, não vamos ter estradas, ferrovias, hidrovias, hidrelétricas, etc. É necessária a existência delas, e reconhecemos isso.

Não temos nada contra as empreiteiras, mas contra as más empreiteiras, contra o sistema que permite que a empreiteira ou dance aquela valsa, entrando em concorrência com o preço base, ou fique fora.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Ex^a está no ponto certo.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Não é verdade?



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Quem toca a música é o Governo. Nós temos de dançar a música que o Governo toca.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Lamentavelmente, é essa a realidade. O Governo manda para cá um preço superfaturado, impondo que amanhã vocês sejam achincalhados por obras superfaturadas. Eu acho que a proposta do senhor...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu fui em uma só.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- O senhor só foi em uma. Mas, de qualquer forma, muitos - e alguns já declararam isso para mim, pessoalmente - lamentavelmente ou entravam na valsa ou ficavam fora e fechavam a empresa.

Então, lamentavelmente, o Governo é parte principal desse processo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu acho. E por incompetência.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- O que o senhor está dizendo aí de contrato, dessa sugestão de um projeto de decreto legislativo ou decreto...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso seria a salvação do País.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Seria a salvação para tudo. Reavalia, inclusive, o preço de obras, não só aquelas concorrências com preços baixos, mas todas as concorrências... reavalia o preço.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não estamos num país comunista, deixe as leis do mercado, anule as concorrências e abra-as para ver se não vem a 50% no preço?

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Sr. Presidente, para encerrar: Dr. Cecílio, gostaria, se pudesse a sua assessoria nos ajudar, sobre aquela obra de Pernambuco que foi recebida, dada como pronta e que agora está em fase de acabamento, correndo, iniciando agora a obra já recebida.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Ora, quem presta depoimento é o Dr. Cecílio.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Eu queria dados, se o senhor pudesse mandar ao meu gabinete, aliás, mandar à Subcomissão, e gostaria de ter acesso para que pudessemos...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pegar... se possível esta Comissão mandar elementos lá para verificar isso que estou dizendo. Essa informação tive às 6 horas da manhã de hoje.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - Qual empreiteira? o senhor poderia dizer?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - OAS. Sou técnico em OAS.

O SR. GIOVANNI QUEIROZ- Dr. Cecílio, quero agradecer a participação do senhor - tenho que me retirar porque tenho encontro com o Governador Leonel Brizola, que está em Brasília - e dizer que aguardaria essa informação com mais detalhes para que pudessemos, quem sabe, por determinação do nosso coordenador, investigar mais esta...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Presidente, V. Ex^a me permite um...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual é o nome da obra? O senhor...

O SR. GIOVANNI QUEIROZ - É em Pernambuco, ele não...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei o nome, Senador, dou-lhe hoje à tarde.

Sr. Deputado, leve o meu abraço ao Governador Brizola. Já fui apertado para dizer que o Governador Brizola, na Linha Vermelha fazia falsas suas concorrências. Isso é uma mentira deslavada.



O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Como não é a Linha Vermelha que está em cogitação nesse momento, passo a palavra ao nobre Deputado Moroni Torgan, último orador inscrito.

O SR. MORONI TORGAN - Tenho algumas curiosidades, até em algumas linhas que o Deputado Giovanni Queiroz falou. Tenho uma pergunta bem fácil: quais foram as empreiteiras que mais cresceram nesses últimos anos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bem, não sei lhe responder exatamente assim, sei fazer um histórico. A empreiteira mais antiga do Brasil, que tem à direção um homem digno, Sebastião Camargo, é uma empreiteira que cresceu muito.

O SR. MORONI TORGAN - Camargo Corrêa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Camargo Corrêa. A minha empreiteira, antes do Governo Collor, cresceu muito. Chegamos a ter um bilhão e trezentos milhões de patrimônio líquido que perdi nesses dois anos de Governo Collor. Essa empresa que faz essa "baianice" aqui é uma empresa de primeiríssima, trabalha em 27 países, no exterior. Eles têm muita garra e muito peito.

O SR. MORONI TORGAN - A OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não.

O SR. MORONI TORGAN - A Odebrecht?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Norberto Odebrecht. Uma outra empresa deles que cresceu muito foi a CBPO, pertence à Norberto Odebrecht.

O SR. MORONI TORGAN - Tudo bem. Essas são mais ou menos...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - E a Andrade Gutierrez. Nesta empresa tem um gênio chamado Eduardo Andrade.

O SR. MORONI TORGAN - Diga-me, por favor, uma coisa: não entendi direito aquele negócio de subempreitar, não vejo qual é o lucro de a pessoa ganhar concorrência e subempreitar. Pelo que entendi, no seu caso, foi porque o senhor achou que, ou seja, quem empreitou achou que podia lhe dar uma mão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim. É como agora, Sr. Deputado, estou comprando óleo diesel porque estou em concordata, e a PETROBRAS não me fornece, por intermédio de amigos, de colegas empreiteiros.

O SR. MORONI TORGAN - Essa subempreitada é comum, o pessoal ganhar a concorrência e ajudar os amigos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Depende do amigo. Em 1964, a Revolução quis quebrar a empresa CBPO e pegou um diretor do DNER e pôs na rua, Dr... Não vou dizer o nome para não trazer a público, um homem corretíssimo que depois o fiz diretor. Nessa época comprava o óleo diesel entregava para eles. Como comprei para essa empresa mineradora.

O SR. MORONI TORGAN - É comum isso? Não é comum, por exemplo, ganhar uma obra por 2 milhões de dólares e subempreitar por um milhão e meio, ganhando 500 sem fazer nada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Isso é roubo!

O SR. MORONI TORGAN - Mas isso não acontece?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deve acontecer com a OAS? Só acontece.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Há pouco, ele descreveu casos assim da OAS.

O SR. MORONI TORGAN - Dessa natureza. Outra coisa, e talvez só essa que quero entender agora, é o negócio de obra com preço base. Primeiro, não julgo que é incompetência do Governo. Porque essa incompetência é sempre por preço maior, ela nunca acontece por preço menor.



Se a obra custaria 100, ela não acontece ser cobrada ao preço-base de 80. Sempre acontece ser cobrada a 300, 400, 500. Não sou tão ingênuo para pensar que é incompetência. Nisso aí tem "gente comendo dinheiro" por detrás desse negócio. Incompetência para preço maior não é incompetência, é ladroagem mesmo. Nesse ponto - e na profissão de delegado federal - tenho visto isso e é ladroagem mesmo. É a convivência de funcionários do Governo que comem "a bola" deles, ou de quem quer que seja, e que tomam a seguinte atitude. Aí posso entender ao senhor. Fazem como? Fazem uma concorrência, pagando 400 de uma quantia desse tamanho, onde colocam todo o mundo; onde deixam todos entrar na concorrência. Se fosse de estrada, um trecho de 100 quilômetros. Existem outros trechos de 1000, de 2000 quilômetros que já tem a pessoa carimbada para ganhar. Para justificar aquele carimbo eles têm que fazer essa menor para dizer que o preço é o mesmo. V.S^a discorda dessa avaliação?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, Deputado. V. Ex^a tem total razão. É óbvio para mim que essa incompetência "dança a valsa" com a corrupção por uma questão quase eufêmica de dizer incompetência. Mas andam lado a lado. É a burrice e a incompetência com a corrupção, claro!

O SR. MORONI TORGAN - Eu chamo de safadeza!

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não é safadeza. É corrupção! É dinheiro do povo. São como vampiros que entram na jugular do povo, arrancando esse dinheiro. É isso que tem que cessar.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor concorda que uma das técnicas é colocar uma obra pequena, com um preço superfaturado, para depois superfaturar uma grande e dar para aqueles que imaginam. V.S^a disse, por exemplo, que ganhou obras sem dar um "tostão" para alguém do Governo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Em obras não. Houve um caso no INCRA em que estava totalmente "apodrecido" e fui ao INCRA, estava até com a minha sobrinha. Você estava junto Orlando? Fui com uma sobrinha, uma engenheira que morava na América do Norte e, sabendo do que estava "apodrecido" ali, fui armado. Havia uma cidadão, que não lembro o nome. Ele era gordinho e suava. Perguntei-lhe o quanto tinha que pagar para obter uma obra. Daí a algum tempo obtive a obra. Essa obra no Maranhão a que se referiu o Deputado do PDT.

O SR. MORONI TORGAN - Sem pagar nada?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Para o vampiro do Governo não tive que pagar nada.

O SR. MORONI TORGAN - No caso ele deve ter ficado com medo do senhor denunciar ou coisa parecida.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu não denuncio. Eu surro. Não tenho medo nenhum. Eu surro. Quebro as pernas do "cara."

O SR. MORONI TORGAN - Então, ele deve ter ficado com medo e essa foi a razão dele lhe ter dado a obra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado, permita-me, muitas vezes, torno-me um tanto grosseiro. E desculpe-me o Presidente da subcomissão, que está com uma paciência grande para comigo.

Deputado, ao retirar aquele ladrão do Paraná, chamado Haroldo Leão Peres, esta revista desse senhor Civita, que se encontra no exterior, durante 20 anos massacrrou-me por ter agido assim. Tinham pago caro. Não estou aqui nesta digna subcomissão como "dedo duro". "Dedo duro" a gente quebra por isto estão há horas forçando-me para dar nomes de empreiteiros. Não darei nenhum. Tenho que dar nome de ladrão, de corrupto e sórdido corruptor como era o pessoal da OAS. A Comissão tem que entender um aspecto: a OAS é o paradigma do roubo no Brasil. A OAS é o



paradigma da corrupção no Brasil. Se vocês pegaram o esquema da OAS, vocês arrumaram o país. Como diz o Bóris Casoy, vocês passaram o Brasil a limpo.

O SR. MORONI TORGAN - O senhor já mandou todo esse esquema para cá.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, mas o importante era que saísse esse decreto. É muito importante. Porque se essa...

O SR. MORONI TORGAN - Porque discordo do senhor em um ponto.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pode discordar, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN - Num ponto eu discordo. Eu não considero dedo-duro você denunciar ladrão. Eu considero obrigação de todo cidadão. Eu, por exemplo, se souber que um colega meu é ladrão, acho que tem que ir para a cadeia. Seja ele delegado, deputado, o que for. E se eu souber de uma irregularidade dele, denuncio e vou querer que a justiça seja feita. Então, acho que essa mentalidade também tem que acabar. Porque isso demonstra o quê? Um corporativismo. Corporativismo tanto no Judiciário, Legislativo, Executivo, quanto também no meio empresarial, financeiro e tudo o mais. Isso tem que acabar. Acho que não é nosso colega uma pessoa que é ladrão. Porque ladrão é colega de ladrão. Não é meu colega. Temos que acabar com isso também. E tem que colocar o dedo na moleira de quem quer que seja.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deputado Moroni Torgan, seria leviandade minha dizer, está aqui na minha mesa, a CPI descobre, e eu, vendo isso, que é um negócio tolo, está escrito aqui. Não tem nada a ver com os outros empreiteiros. Seria leviandade minha acusar um outro empreiteiro. Eu não conheço. Eu fiquei o tempo todo, fazem dois anos, como notei que primeiro era Deus que escolhia o favorecido pela sorte, depois passou a ser o Collor, claro que me revoltei e comecei a entrar na justiça. Inclusive o Senador José Paulo Bisol disse que era golpe. Foi assim que me contaram, não sei se é verdade. Não, os processos continuam correndo. Hoje estou sendo processado por difamação e infâmia. E a partir de hoje, com esse depoimento, estão aí fora os vorazes jornalistas, talvez eu me torne, se for mal-interpretado, se os senhores não me ajudarem, se eu tiver algum crime, me incriminem. Se eu tiver alguma penalidade a pagar, me imponham a penalidade. Mas não vou engolir de ninguém - não tenho medo de ninguém, de nada - besteira e burrice.

O SR. MORONI TORGAN - Agradeço, Sr. Presidente, dizendo ao depoente que, sem dúvida, precisamos do seu auxílio. E se souber de mais coisas nesse sentido, será importante.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Seria formidável se a sua comissão tivesse essa informação. Pegasse os ladrões com a boca na botija... O senhor queria um... Está aqui no jornal. É de ontem. Me mandaram essa madrugada. Esse caso do Ceará e agora essa informação às 6h da manhã, dessa obra em Pernambuco. Se a Comissão pegasse isso e abrisse, seroa perfeito. Não sou ninguém para aconselhar nada, os senhores sabem muito mais do que eu. Mas convocaria aqui não só a OAS como as outras empreiteiras. Ouvi ontem algo de um deputado, até muito bom deputado, Edivaldo Barbosa, para o Tribunal de Contas. Ele escolhe ao léu oito empresas, deixa fora quem mais deve. Essa empresa do esquema não está. Também é um nome. Eu não sei o que eu vou dizer para...

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Para finalizar, retorno a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY - Sr. Presidente, ainda tenho diversas perguntas, porque não gostaria de deixar essa oportunidade passar. Até o Governo José Sarney, havia conhecimento público - era comentário de jornais - relativamente às histórias sobre as sete maiores empreiteiras do país. Costumava-se chamá-las as "sete laranjeiras". Dizia-se que conseguiam entrar e ganhar as obras para a construção de



grandes barragens e os editais, normalmente, as favoreciam por meio de cláusulas e atestados técnicos.

A C.R. Almeida, pelo que li em reportagens publicadas nos jornais, estava entre essas 7 integrantes do grupo. Há fundamento nisso? Como era feita a distribuição das obras? Havia como que um princípio dos vasos comunicantes?

Eu gostaria de fazer uma breve exposição, na mesma linha em que o Deputado Sérgio Miranda dirigiu suas perguntas. Em que medida V. S^a poderia contribuir para que a nossa Comissão compreendesse melhor todo esse funcionamento.

(Interrupção na gravação)

Expus a V. S^a um pequeno esquema de como, no caso de médias e pequenas empresas construtoras, em certas regiões, costumam agir, segundo descrição que me foi feita por um responsável de uma pequena média empresa de construção, em caráter regional.

Pergunto, com respeito ao grupo das maiores empresas de construção, como se deu o desenvolvimento? Houve, ao longo dos anos, uma espécie de entendimento tal como o que acabo de descrever, uma forma de distribuição das obras entre as grandes empresas?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Ilustre Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, princípio de vasos comunicantes, quando se está ganhando dinheiro, não existe. Em segundo, falamos muito a respeito de competência e incompetência governamental. Nos dias de hoje, o Brasil está numa situação tal que até abrir valetinha é um grande negócio para empreiteiro.

Com relação à informação dada por esse pequeno ou médio empreiteiro, citarei dois exemplos: V. Ex^a fez uma pergunta que se multiplicou em várias; dividi-las-ei em partes.

Se V. Ex^a pegar um Governo como o de Santa Catarina, que tem uma tabela única de preços para obras, preço muito baixo, em uma pequena associação de Santa Catarina, para que tudo não se concentre nas mãos de um único empreiteiro, vai-se distribuindo entre todos, seja quantos forem os membros. Esse é um aspecto.

V. Ex^a disse que existem empreiteiros "a", "b", "c", "d", "e"; peguei dois exemplos: as duas maiores estatais brasileiras: Vale do Rio Doce e a Petrobrás. Uma empresa do porte "h" ou "f," não pode executar um trabalho de uma empresa do porte "a". Vamos dizer que será feito um oleoduto entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte; o empreiteiro do grupo "f" pode ter vontade de fazer o trabalho, só que não tem engenheiros capacitados, equipamentos para fazer a obra, nem recursos financeiros. Muitas vezes a PETROBRÁS exige até um seguro. Quer dizer, não tem como garantir a companhia de seguro que garante a PETROBRÁS. Então, é claro que tem que existir, dentro da PETROBRÁS e da Vale do Rio Doce, que eu estou lhe dizendo, o grupo A, B, C ou D.

Com relação, novamente, a esse princípio de vasos comunicantes, posso lhe dizer: em geral, eu ganho obra de Banco Mundial ou de BID, que a concorrência é por preço mínimo. Eu peguei uma obra em Minas que ninguém acreditava que eu conseguisse pegar, da CEMIG, que é uma das maiores hidroelétricas do Brasil por um preço mínimo. Foi a única vez na história do Brasil que o cruzeiro valorizou em relação ao dólar. Por esse motivo, nós reforçamos nosso ponto de ganhar. Isso custou a inimizade minha com o segundo colocado, que eu me permito não citar o nome, durante 14 anos. Eu não sei onde está o princípio dos vasos comunicantes.

Com relação a isso que empreiteiros se reúnem, dá uma tão má impressão, impressão de que é um monte de morcegos se reunindo para tirar sangue do boi. Não é dessa maneira. O que há é a incompetência do Governo caminhando de mãos



dadas com a corrupção. Agora, querer trazer o empreiteiro nessa... Tem que trazer a OAS, que não é empreiteira, mas um balcão de corrupção.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V.S^a mencionou que está participando de concorrências em diversos países fora do Brasil, como a China e outros lugares. Vamos supor que V.S^a estivesse na posição do Presidente da República. Já fiz aqui, hoje, uma sugestão, a de suspensão das concorrências que foram feitas ainda com base no Decreto-lei nº 2.300. V. S^a também sugeriria, por acaso, que pudesse haver o ingresso de empresas internacionais competindo com as empresas nacionais de construção civil. Seria isso, para o estágio atual de desenvolvimento brasileiro, algo interessante? Vamos supor que V. S^a esteja sentado do outro lado, do lado do Governo. Recomendaria V. S^a que nos editais, porque a lei, segundo entendo, permitiria, mas que nos editais os governos passassem a permitir a participação de empresas construtoras de quaisquer países do mundo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador Supply, isso que V. Ex^a está propondo é quase um...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Estou perguntando.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Perguntando? Perguntando em tipo de proposta. É quase um anseio de quem acredita no livre mercado. Quem tem atrapalhado isso são os comunistas. Esse espírito burro de comunista xenófobo, que não quer estrangeiro aqui dentro, que não quer dinheiro estrangeiro aqui dentro, que estrangeiro não presta. Isso faz parte do programa de certos partidos. Não sou em que determino isso. Faria um bem fantástico ao País que abrisse suas fronteiras ao capital externo, à tecnologia externa.

Senador Supply, sei que V. Ex^a é um homem que muito luta pela melhoria do País. Proponha isso a seus colegas, para que seja permitido que empresas estrangeiras entrem no Brasil concorrendo com empresas brasileiras. Isso é sadio. Não é sadio é atrasar o País em plena era do computador. Nós temos um mastodonte, quando nós poderíamos ter o melhor em matéria de computação no País. Esse atraso se deve aos comunistas, porque se o computador for americano não presta. A sua sugestão cabe a tudo: cabe ao empreiteiro - só não cabe ao Deputado, que aí tinha que ser brasileiro -, cabe ao empreiteiro, cabe ao fabricante de macarrão, cabe ao fabricante de automóveis, cabe a tudo. É a lei do mercado, nobre Senador. Quem tenha trabalhado isso é o comunismo corporativista e cartorial que existe no País. A China, que é a China, que tem um gênio, que não tem cargo nenhum, chamado Deng Xiao-Ping, fez uma coisa extraordinária. Fechou politicamente, e não tenho nada com isso, mas economicamente ele abriu suas fronteiras para todas as empresas do mundo. Por que não fazem isso no Brasil?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Tenho impressão de que a razão disso talvez esteja mais na própria força das empresas construtoras. Mas aqui faço uma consideração: como quase todas as grandes empresas construtoras hoje estão tendo a capacidade de competir em países estrangeiros, trata-se de um setor, diferentemente até de outros, em que a tecnologia brasileira e a capacitação das empresas avançou significativamente. Da minha parte não haveria objeção a que se abrisse, mas achei importante a sua opinião.

Outra pergunta: há um processo que tramita no Tribunal de Contas do Estado do Paraná contra a Prefeitura e a CR Almeida, salvo engano. Esse processo refere-se a uma obra: o eixo rodoviário em Curitiba. Segundo o relato do Tribunal de Contas, a CR Almeida e a INEPAR S.A., sócio na coordenação de programas do município, de responsabilidade do Sr. Mário Celso Petraglia, o processo refere-se a desempate técnico, tendo sido apontadas algumas ilegalidades, como: auditoria contratual para apressar as obras, com juros reais de 42% ao ano; novo prazo estipulado



em 31 de março de 1992 e, em 23 de junho de 1992, data da ação, não havia sido concluída. O aditivo contratual que foi proposto recebeu parecer e foi deferido no dia 13 de junho de 1991. Isso, portanto, refere-se à gestão anterior. A parceria com a empresa INEPAR foi algo imposto devido à relação do Sr. Mário Petraglia com a Prefeitura de Curitiba? Teria sido celebrado um aditivo para apressar a conclusão da obra, com financiamento bancário a juros de 42% ao ano? A obra não foi concluída no prazo contratual? Por que se justificaria o aditivo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo, Senador Eduardo Suplicy. Essa obra em Curitiba é a mais importante obra que existe: é a Rodovia dos Trabalhadores. Sendo uma obra urbana, essa rodovia tinha que ser iluminada. A todos cabia um consórcio entre a empresa que constrói a rodovia propriamente dita e uma empresa que a ilumina. Essa empresa INEPAR, com que fizemos o consórcio, iluminaria a rodovia que minha empresa construiria. É uma empresa que só trabalha - é uma pena dizer isso - em produtos de ponta. Está trabalhando em parte de lançamento de satélite, que o Brasil não tem. Trabalha em invenções as mais avançadas, como uma que levei agora para a China. Com relação ao juro, existe até um certo cinismo que o Governo queira pagar correção monetária com 1% e atrás de 2 anos queira que o empreiteiro vá buscar juros a 42% ao mês, é claro que eu largaria a obra enquanto o Governo não me pagasse aquilo que eu estava pagando aos bancos. Deviam também fazer a CPI dos Bancos. Não sei se respondi totalmente a sua pergunta; se não respondi, V. Ex^a torne a perguntar pedaços que eu não tenha respondido.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sobre o PROEX. A CR Almeida alguma vez conseguiu financiamento junto ao PROEX? Como é que outras empresas conseguiram a aprovação dos seus projetos junto ao PROEX? Houve dificuldades com a CR Almeida para obter?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Prezado Senador Suplicy, esse assunto fui eu que levei ao senhor e levei todos os dados. O seu trabalho desenvolvido, acredito que junto com o ilustre Senador, um dos homens mais probos e corretos que foi atacado agora pelo Jair Meneguelli, Esperidião Amin... é o senhor que está nesse trabalho?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim, foi examinado na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Então é o Senhor...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ambos somos Membros e diversos Senadores trataram desse assunto.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, mas os que eu falei foram os que eu conhecia.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senão daqui a pouco entra Jutahy e mistura aqui. Era V. Ex^a e o Senador Esperidião Amin. O seu ponto de vista, por incrível que pareça, sendo V. Ex^a de uma ala e o Senador Esperidião Amin de outra, coincidiu, porque o Esperidião Amin disse: "Cecílio, temos que obedecer duas regras: não concentrar o pouco dinheiro que o Governo brasileiro tem em poucos países - é a número um; e a número dois: esse mesmo pouco dinheiro, não concentrar na mão de poucas empresas brasileiras". Então coincidia, porque acho que falei com V. Ex^a, não é Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sim.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Coincidia com o seu ponto de vista e o que nós estávamos pedindo, sem saber que o senhor estava trabalhando - porque a primeira vez que lhe procurei faz um ano ou um ano e meio e agora retornou o assunto. Eu não sabia que o meu ponto de vista de não distribuir tudo em torno de dois.



três países e tudo em torno de duas ou três empresas, era o mesmo que o seu e o do Senador Esperidião Amin.

Respondendo, agora, especificamente a pergunta: claro, Senador, claro que encontrei dificuldades. Eu não consegui levantar um centavo do PROEX. O PROEX passou a ser um cartel e o Governo, por ser incompetente, não proibiu a cartelização do PROEX. Acho que respondi, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - O senhor tocou, mas queria que V. S^a especificasse melhor. Se sabe dizer como funcionava o esquema para obtenção de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço para obras de habitação e infraestrutura; como era o esquema na Caixa Econômica Federal para aprovação e liberação de recursos.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sei e respondo para o senhor. Eu não cheguei a cumprimentar, na época, esse Presidente da Caixa Econômica.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Poderia dizer o nome?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O nome é... Não é por maldade, mas é um nome anterior ao Danilo, quem é?

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Álvaro Mendonça.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Nunca estive com o Sr. Álvaro Mendonça. O Sr. Álvaro Mendonça é do Nordeste e as empresas que tiveram a totalidade do dinheiro do Fundo de Garantia são empresas do Nordeste e, dentro disso, a empresa que mais teve dinheiro do Fundo de Garantia foi a OAS. Agora, não estive presente a nenhuma reunião do Sr. Álvaro Mendonça com a OAS. Ei sei dizer o seguinte Senador: não construí um metro quadrado de construção popular, porque é uma ignomínia roubar um proletário em sua própria casa. Isso é papel para ladrão como é essa empresa que se denomina OAS.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - No período do Governo Collor, houve principalmente dois Ministros na área da Ação Social - no primeiro período, a Ministra Margarida Procópio e, no segundo, o Ministro Ricardo Fiúza. Por exemplo, o caso que V. Ex^a mencionou e sobre o qual dialogamos, o caso do PROSERGE, que se havia iniciado no período da gestão da Sr^a Ministra Margarida Procópio e, depois, prolongou-se; foi quando fiz aquele requerimento de informações sobre o PROSERGE no período da gestão do Sr. Ministro Ricardo Fiúza.

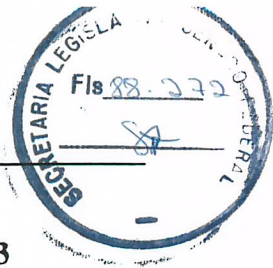
V. S^a conhecia bem como funcionava o esquema relativamente às áreas de habitação e infra-estrutura. Isso era algo mais de responsabilidade dos Secretários do Ministério da Ação Social, de Habitação e de Infra-estrutura ou era algo muito relacionado com a Caixa Econômica Federal ou com os Ministros? V. S^a poderia especificar melhor isso, por favor?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Senador Eduardo Suplicy, eu o especifico. Em casa que tem chefe, quem manda é o chefe. É claro que se a Ministra Margarida Procópio e, depois, o Sr. Ministro Ricardo Fiúza eram os ocupantes do cargo, cabe a responsabilidade integral aos dois, e são os dois que devem dizer quem fazia algo ilegal.

Sou obrigado a fazer isso; não ia fazer, mas vou fazer. Sou obrigado a fazê-lo.

Meu prezado Senador Eduardo Suplicy, hoje, vou lhe confessar que quem fez esse jornal fui eu. V. Ex^a me perguntou, por várias vezes, quem havia feito esse jornal, e eu neguei. Fui eu. Não queria magoá-lo, porque não era a sua forma de agir. Mas, para ladrão, tem que se agir de qualquer maneira.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - Só para efeito de gravação, gostaria de saber se V. S^a está se referindo a um folheto que faz referência ao Deputado Ricardo Fiúza. Isso é só para efeito de identificação, de registro na gravação.



O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Eu identifico. Faz referência à OAS.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E a OAS?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - V. Ex^a está dizendo. Fiz referência... Está aqui escrito o nome dele... Não procurei prejudicar o Deputado; eu estava à caça da OAS. Se o Presidente me permitir, gostaria de dizer que foi um trabalho do Senador Eduardo Supply que, num único trecho, economizou - vou deixar com o Sr. Presidente da Comissão -, isto é, foram poupados 62 milhões de dólares do Erário Público.

Foi feita uma concorrência baseada em preço básico, em desempate de nota técnica, e o Sr. Soares entregou um **jet-sky** ao Sr. Ricardo Fiúza, que não resistiu ao regalo. Comovido com o presente, que os seus filhos já estavam curtindo na Praia de Sernambi, em Pernambuco, o Ministro, então Relator-Geral, empunhou sua caneta e saiu em defesa do amigo. Num passe de mágica orçamentário, S. Ex^a embutiu uma emenda que garantia um sobrepreço de 62 milhões de dólares à construção de um pequeno trecho de 24 Km na BR-101 em Florianópolis, cuja concorrência, coincidentemente, viria a ser ganha pela OAS, a empreiteira do amigo Soares. O Sr. Soares ganhou a concorrência de lambuja; era mais um troco de 62 milhões de dólares dos cofres da União, quantia que daria para comprar outros 5 mil brinquedinhos iguais ao que doou ao Ministro. Coagido a devolver o presente, inclusive por parlamentares da Oposição - como o Senador Eduardo Supply, do PT de São Paulo -, o Ministro Ricardo Fiúza argumentou: "Prefiro doar um **jet-sky** igualzinho para ser rifado por uma instituição de caridade. Não quero fazer essa descortesia com o Suarez." Quando leu a declaração do Ministro, Suarez ficou com os olhos úmidos de emoção e me disse: "Eu também não vou devolver os 62 milhões de dólares. Não quero fazer essa descortesia com o Fiúza."

Isso ia me custando cadeia, Sr. Presidente. Eu não queria alcançar a figura do Sr. Fiúza. Está tudo comprovado neste jornal.

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a poderia me dar um exemplo de obra, porque V. S^a mencionou em termos gerais, mas poderia citar um exemplo de obra que tenha sido subempreitada por algo com valor da ordem de 50% do valor da licitação, para que tenhamos aqui em mente?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sr. Senador, eu poderia citar não só um exemplo, mas seiscentos a oitocentos exemplos. É que para mim é muito difícil, porque, mesmo com a minha segurança, seis a oito homens armados, não consigo entrar na OAS. São os senhores que têm o dever de entrar na OAS e pedir os contratos com os subempreiteiros. Lá está o preço do subempreiteiro. O senhor tem o preço que ele ganhou a concorrência. Divida um pelo outro e veja qual é o percentual que ganhou a OAS.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu notei, salvo engano meu, mas, na sua exposição, V. S^a condenou essa sistemática de subempreitada. Entretanto, salientou que, no caso do metrô de Brasília, V. S^a é um subcontratante.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Veja a miséria em que cheguei, nobre Senador!

O SR. EDUARDO SUPPLY - Eu só queria compreender melhor. Por que é que normalmente considera inadequada a subempreitada - se não me engano, disse até que não deveria ser permitida - e, entretanto, utilizou-se da subcontratação?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sim, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - E poderia citar, a subcontratação foi feita junto a quais empresas? Parece-me que é mais do que uma.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, são seis ou sete.



O SR. EDUARDO SUPPLY - Sete que ganharam a licitação. Poderia citar quais, por favor?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Posso, eu respondo. Talvez eu não cite todas por esquecimento.

Senador, em matéria de subempreitada, citei alguns exemplos. Eu disse que era normal a subempreitada em torno de 10% a 12%. Está na fita o que falei. Isso é um aspecto de ordem ampla.

O segundo aspecto, que é esse do metrô que V. Ex^a me perguntou, é que sou subempreiteiro, porque eu não tinha os documentos. Está na fita, para trás. E como - desculpe-me a falta de humildade, mas V. Ex^a está na presença de um dos melhores engenheiros do Brasil e de uma das melhores empresas do Brasil - deram-me a "carne de peçoço" para fazer, na hora em que quiseram me cobrar 2,5%, eu disse que não pagava.

Com relação a sua pergunta, quem estava lá, acho...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não, quais são as subempreiteiras.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Pois é, quem está lá, acho que devem ser a Camargo Corrêa, a Andrade Gutierrez, a Serveng-Civisan, VIA, Odebrecht...

O SR. EDUARDO SUPPLY - E a sua subempreitada refere-se a certo tipo de obra para cada uma delas?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Pegaram um pedaço, que era "carne de peçoço" e o pior pedaço e com menos verba eles deram para mim.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Teria V. S^a tomado conhecimento da recepção ao Governador Roriz, logo após a sua eleição, um ou dois dias após a sua posse? Por acaso, esteve nessa recepção?

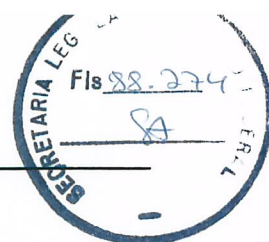
O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Respondo, Sr. Senador, e pediria licença ao Presidente da Comissão para responder da minha maneira, sem exagerar, mas da minha maneira.

Senador, acho Brasília uma ilha da fantasia. Segundo, só sou um empreiteiro visado e caçado para ser morto, não vou a lugar algum. Terceiro, não tenho relacionamento com o Governador Roriz. Quarto, quando venho a Brasília de visita a algumas obras, vejo nesse Governador um homem trabalhador. Quinto, esse Sr. Roriz, que é o Governador do Distrito Federal, nunca insinuou nas vezes em que estive com ele, uma ou duas vezes socialmente, nunca insinuou a menor coisa a respeito da obra em que estou. Sexto, não votei no Sr. Roriz porque sou eleitor no Paraná e não poderia, dois dias depois, vir a uma festinha, em Brasília, do Governador Roriz.

Então, não vim, não conheço e admiro muito o Governador Roriz. O senhor precisa ver o que teve o Paraná em matéria de Governador. O senhor devia se orgulhar que Brasília fosse governada por um homem, nosso colega homem, e não por um semi-homem como o Paraná foi governado.

O SR. EDUARDO SUPPLY - A obra da qual a CR Almeida participa, em Recife, refere-se ao Porto de Suape?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não, o Porto de Suape é uma das maiores corrupções que teve neste País. Fui chamado pelo Governador Joaquim Francisco. É o seguinte: abriram a concorrência e começaram a esconder o edital. Então, fui com a minha guarda pessoal a Recife buscar o edital, pessoalmente. Pedi uma audiência ao Governador. De lá, para uma repartição pública, ficou... Era um negócio referente à administração do Porto de Suape. Ficaram três ou quatro indivíduos durante aquele calor desgraçado de Recife cinco horas me embrulhando, até fechar o expediente de se pegar o edital. No final, é claro que engrossei com eles: "Vocês estão me tapeando. Vim aqui buscar o edital. Eu pago. Quero entrar na concorrência". Não me deram o



editai. Quando me deram era muito tarde até para entrar. Entrei na Justiça, e está aí. Entrei na Justiça contra isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Foi em junho de 92, esse episódio?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não sei.

O SR. EDUARDO SUPPLY - É.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Deve estar aí dentro. Entrei na Justiça mostrando o aspecto sórdido da corrupção com cara de "bom mocismo". Já haviam formado em Pernambuco, na cidade de Recife, uma capitania hereditária de obras públicas, para todos os séculos, para a OAS.

O senhor me pergunta como eu fui bem no Recife?

O SR. EDUARDO SUPPLY - Pergunto se a obra da qual participa hoje a CR Almeida...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não participo de Suape, Sr. Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Perguntei qual é a obra da qual a CR Almeida participa em Pernambuco. Não participa?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Participo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Então! Eu queria saber qual é a obra.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - A obra que participo em Pernambuco é uma obra da... acho que é da Rede Ferroviária Federal, em Petrolina. Participo também, graças ao senhor, graças ao senhor...

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não sei do que ...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - ...de uma pequena obra na cidade de Petrolina, de saneamento. É o PROCERGE. Foi o senhor que conseguiu mudar para preço mínimo, e eu ganhei a obra.

Agora, na minha concordata, o Prefeito ameaçou de queimar o meu acampamento porque eu estava cinco dias atrasado no pagamento do meu pessoal. Já paguei. É que eu não tinha recebido do Governo, não podia pagar. Então, são as duas obras que tenho. É muito pequena. O senhor tem, naquela lista que lhe dei, o valor.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Vou formular a última pergunta, Sr. Presidente. Tendo sido o senhor qualificado - pelo menos há um ano e meio atrás - entre os quatro brasileiros de maior patrimônio pessoal, pela Revista **Forbes**, como é possível, tendo tal patrimônio, chegar a uma situação de entrar em concordata? Gostaria de saber se há perspectiva de saída e em que horizonte.

Esta é a pergunta final.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Primeiro, tenho grande orgulho de ser rico, mas só que sou um rico contábil. Como fui roubado no Paraná, entrei com 19 ações, briguei 14 anos e tenho direito a receber 800 milhões de dólares.

Segundo, que fiz inúmeras obras... Vocês têm aí o papel? Passo para os senhores. Depois mando o relatório... Não, está no balanço aqui, está no balanço.

Na hora em que fui traído por pessoas, desculpem-me dizer desta maneira, de esquerda, essa mulher...

Aqui tem um relatório da Price Waterhouse, que é a maior empresa de auditoria do mundo. Tínhamos 800 milhões de dólares. Aqui, Senador. Tínhamos 800 milhões de dólares. Trinta e nove milhões, mais 42, como aqui dava 722, dá 800 milhões de dólares.

Aqui há um relatório até de uma empresa estrangeira. Com mais as obras que tenho, e não pagam, 120 milhões de dólares. São obras correntes do Governo brasileiro. Então, 800 com 120... Estava em 117, quando fiz a declaração. Então, 917, mais todo um parque de equipamentos e de prédios onde a empresa funciona dá 1 bilhão e 80 milhões de dólares.



Como explico essa concordata? Explico essa concordata porque foi um verdadeiro complô de esquerda, dentro da PETROBRAS, causado pela Sr^a Sueli Caldas, uma coisa assim, do jornal - já passei o jornal para o senhor - do **Jornal da Tarde**, que disse que fui multado em 590 milhões de dólares com notas frias e houve uma corrida.

Isso era uma quinta-feira e eu estava na China. Quando me passaram o fax desse jornal e me disseram que havia uma corrida de 28 milhões de dólares, disse à pessoa que estava no Brasil, que é meu sobrinho e é o Vice-Presidente da empresa, que pedisse uma concordata preventiva para dar tempo de a empresa se recompor.

Tenho certeza, Senador, que recomponho essa empresa em três meses. É ilegal dizer isso, é crime falimentar. Deixa eu mudar para o seguinte: gostaria de fazer o maior esforço possível para reverter essa concordata preventiva, que a lei me garante pagá-la 40% em um ano e 60% em dois, em prazo muito mais curto para que ninguém seja prejudicado. Não é possível que 3,8% queiram derrubar a minha empresa.

O SR. PRESIDENTE (SIGMARINGA SEIXAS) - Mais alguma pergunta, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Mais uma. Tenho aqui uma relação de obras da CR Almeida que, se não me engano, estão em andamento. Queria apenas a confirmação.

Primeiro, há uma obra relativa a controle de enchentes no valor de, aproximadamente, 953 mil dólares.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - O senhor sabe onde é?

O SR. EDUARDO SUP LICY - Infelizmente esse não tenho. Vou citar cinco obras só para que confirme: a Barragem Norte do Rio Hercílio, em Santa Catarina: US\$ 1,9 milhões.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Um minutinho. Santa Catarina... Em Santa Catarina temos Xavantina, que é um pequeno trecho de US\$911 mil, do DER de Santa Catarina, naquela tabela horrível; temos o Porto de São Francisco, que um cidadão do PT entrou com uma ação popular, que perdeu, porque não tem nada; temos Caçador-Xanxerê, Caçador II, Xanxerê-Ruas. Água Doce, o senhor falou, mas é DER. Eu não tenho essa obra.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Eu falei Barragem Norte do Rio Hercílio, Santa Catarina. Vou citar...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Só se é Barragem do Rio Sombrio...

O SR. EDUARDO SUP LICY - É Rio Hercílio, se não me engano.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Essa eu não tenho, essa não é minha.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Assentamento em Santa Luzia, no Maranhão - US\$290 mil.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Espera aí um momentinho. Maranhão: Santa Luzia. Nós temos lá de serviço, que esse Sr. Russo, um incompetente, nos deve dois milhões e ...mil dólares. Temos, sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Assentamento...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Esse, em Santa Luzia, assentamento de famílias em estradas vicinais.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Assentamento em Camaru do Norte, no Pará.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Bem, esse... Espera aí... Pará. Deixa-me dar a resposta... Paraopeba. Paraúna... Esse, se o senhor me desse por escrito para eu ficar dono eu gostaria, porque não é meu.



02/12/93



O SR. EDUARDO SUPPLY - BR-010. Pará.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - BR-010, já lhe digo também. Temos e é DNER. Um minutinho... Temos. Só um minuto. Senador, para poder responder exatamente. (Pausa) Temos. O senhor está dizendo é recapeamento da BR-010, próximo a Belém. É nossa. E ganha por preço mínimo.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Hum.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não tem esse negócio de preço básico de nota técnica. Posso trazer o contrato para o senhor hoje à tarde. O Orlando traz e lhe mostra.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Em algum momento, algum parlamentar, no Congresso Nacional, teria solicitado qualquer benefício ou favor pessoal em função de fazer emendas que poderiam beneficiar a CR ALMEIDA?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Se eu acusasse, veja bem. Eu sou um artista que veio morar no sul do Brasil. Isso está muito mais para o Nordeste do que para o sul do Brasil. Se eu acusasse algum parlamentar... E juro mais uma vez em público, eu não recebi nenhuma proposta. Seria um absurdo. Vou pegar o Dr... O Deputado João Alves nunca me pediu nada. Por que vou dizer alguma coisa que a pessoa não fez? O senhor foi, Deputado Seixas, da maior educação e maior respeito comigo e estou aqui na Comissão. O senhor tem tido até paciência e peço desculpas por aquela que eu adjectivei e não deveria ter adjectivado, o senhor me chamou a atenção, e com razão. Por que vou dizer, para ser agradável, que dei alguma coisa a algum Deputado? Eu não fiz.

Senador Supply, o senhor me permita. Sou um defensor seu. Não me afeta tudo isso que o senhor está levantando aí.

O SR. EDUARDO SUPPLY - É meu dever perguntar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Sei que é seu dever.

O SR. EDUARDO SUPPLY - O senhor sabe.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Mas mal informado em algumas coisas.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Tenho que formular as perguntas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Não. Mal informado... O senhor é um homem exato. Tenho o maior respeito pela sua figura e por seu Gabinete. Agora, era a mesma coisa de dizer: "Cecílio, você esteve lá no Gabinete do Senador Supply..." e se levantasse alguma coisa, como se eu tivesse sentido alguma coisa errônea. Eu seria o seu maior defensor, aqui e em qualquer lugar. Por que eu tenho que dizer se não houve, se houvesse eu diria: olha, ladrão é o Deputado fulano de tal, o cara quis me morder, já estive face a face com a corrupção. Sei quanto sórdido é o cara que se insinua a ser corrupto, ele é um pouco pior que o corruptor, e o hábito que está existindo, que é o que o senhor deve notar, é que estão se oferecendo para serem corruptos. Houve uma época em que o corrupto punha o corruptor na parede.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Muito obrigado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA - Obrigado. Só encerrando, senti-me em casa e verdadeiramente feliz de poder cooperar com a Subcomissão de Orçamento, com tão ilustres membros. Vou-me referir a duas pessoas que são as que estão presentes, que são o Deputado Sigmaringa Seixas e o Senador Eduardo Supply. Fui tratado da melhor forma possível, deram-me todas as oportunidades, o senhor não pode imaginar o quanto isso é útil para mim, porque estou sendo tratado como se eu fosse um doido. V. Ex^{as} devem ter notado que não sou, sou um homem claro, aberto, e a felicidade que encontro em 63 anos de idade, tendo 6 filhos, 5 Engenheiros Cívís, e uma moça, Engenheira Agrônoma, que estão angustiados pensando no que eu vim fazer aqui, nesta Comissão. Vim cumprir meu dever de cidadão.



02/12/93



Vim, não à procura de uma vingança contra esses dois senhores da Bahia, da OAS, mas para dar um paradigma da corrupção, e, com este paradigma, da maneira que estou explicitando aos senhores, os senhores mudam o Brasil, mudam, tenho certeza de que haverá uma mudança no Brasil. Creio que o meu papel, por menor que seja, é um papel que deve, pretendo eu, depois, vou pedir seu testemunho, Senador, é ter cooperado, não deixei de responder uma única pergunta, por mais aparentemente desagradável que fosse.

E, por último, tenho pelo Senador Bisol um grande respeito, vi o quanto ele foi massacrado na eleição passada, eu não votaria nele, estava com Lula, não votaria nele, é um absurdo o que fizeram com o Senador Bisol. Agora, Senador Suplicy e Deputado Seixas avisem ao Senador Bisol que isso aqui é um absurdo e uma tolice, é pôr muito mal a CPI. E avisem também a um outro ilustre Senador, por quem tenho o maior apreço, que é o Senador Passarinho, que isso tudo é uma tolice, deve ser melhor examinado porque não tem fundamento, estão expondo os empreiteiros, o meu nome, sem necessidade, isso aí é uma baianice, é um negócio tão tolo, por favor, não levem adiante isso, antes de examinarem o fundamento. Muito agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sigmaringa Seixas) - Esta Presidência agradece a presença do Dr. Cecílio Almeida, e reafirma que a Subcomissão fará uma avaliação do seu depoimento e, se for o caso, V. S^a poderá tornar a ser convocado para prestar depoimento ao Plenário da CPI.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 55 minutos.)

